

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2015

Lema: Eu vim para servir (cf. Mc 10,45)

Tema: Fraternidade: Igreja e Sociedade



CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Brasília - DF

Diretor Editorial:

Mons. Jamil Alves de Souza

Coordenador da CF:

Pe. Luiz Carlos Dias

Revisão Doutrinal:

Pe. Antonio Luiz Catelan Ferreira

Revisão:

Antônio Bicarato

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:

Henrique Billygran da Silva Santos

Impressão e acabamento:

Gráfica Ipiranga

Edições CNBB

SE/Sul Quadra 801, Conjunto "B"

CEP: 70200-014

Fone: (61) 2193-3019 / Fax: (61) 2193-3001

vendas@edicoescnbb.com.br

www.edicoescnbb.com.br

C748c Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Campanha da Fraternidade 2015: Texto-Base.
Brasília, Edições CNBB. 2015.

Campanha da Fraternidade 2015: Texto-Base / CNBB.

112p. : 14 x 21 cm

ISBN: 978-85-7972-352-0

1. Igreja - Sociedade - Serviço Social;
2. Justiça Social - Direitos Humanos - Dignidade;
3. Igreja Católica - Compromisso Social - Sistema socioeconômico - Brasil.

CDU 250.1

APRESENTAÇÃO

“O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos” (Mc 10,45).

Vida que resgata vidas! O Crucificado como servo das dores! A morte que liberta da escravidão e concede a dignidade de servir como Deus serve! Deus servo, Jesus Cristo, que concede a toda pessoa batizada o dom de ser serviço para os irmãos e irmãs.

Quaresma é tempo de abertura para o mistério da dor e da morte, da cruz, do Crucificado. Nele, somos conduzidos à graça da vida plena, à ressurreição. Ressurreição, transformação no mistério da dor, da morte, da Cruz. Quaresma, caminho de identificação com Cristo, pede de nós jejum, oração, esmola.

Jejum é um abster-se, um esvaziar-se, um abrir-se. No vazio de nós mesmos, somos fecundados pela suavidade da gratuidade. Jesus crucificado, vazio de si, é entrega suave-sofrida ao Pai: “em tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc 23,46). No jejum, somos reintegrados!

A oração é aproximação, nova relação, exposição; busca de atingimento pela amorosidade de Deus. Uma quase súplica de afeto e de amor: “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonastes?” (Mt 27,46). A busca de coração pelo Pai. Quanta intimidade!

A esmola, partilha de vida, cuidado amoroso, liberdade de entrega, serviço! A esmola é envio para o próximo. Encontro com aqueles que o Estado e a sociedade não querem (Madre Teresa de Calcutá). Esmola, exercício para o crescimento e fidelidade da nossa filiação divina: sermos bons e generosos como Deus o é.

A conversão, a mudança de vida que a Quaresma possibilita, é um itinerário de libertação pessoal, comunitário e social. A Campanha da Fraternidade 2015 nos convida a refletir, meditar e rezar a relação

entre Igreja e sociedade. O tema é “Fraternidade: Igreja e Sociedade”, e o lema “Eu vim para servir” (cf. Mc 10,45). A Campanha vai ajudar-nos a “aprofundar, à luz do Evangelho, o diálogo e a colaboração entre a Igreja e a sociedade, propostos pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, como serviço ao povo brasileiro, para a edificação do Reino de Deus” (Objetivo Geral da CF 2015).

Sociedade vem de *socius* e *id. Id.*, idade, que diz da força, vigor; força e vigor do *socius*. *Socius* é o companheiro. A força que faz e deixa ser companheiro. Companheiros, os que, unidos pela mesma força e vigor, formam um grupo. Os que estão unidos pela mesma força e vigor formam a sociedade. As pessoas que têm mesma pertença e buscam viver e conviver com um modo próprio de organização, formam uma sociedade. As pessoas também recriam a sociedade. Porque formada por pessoas, a sociedade é viva, se transforma. Uma sociedade é sociedade quando todos participam do conviver e do decidir e não permitem que uma pessoa seja excluída. Para que a sociedade possa existir e persistir, deixa-se guiar por valores fundamentais de Justiça, de Fraternidade, de Paz.

O Concílio Ecumênico Vaticano II recordou que a Igreja é Reino de Deus, Povo de Deus. “Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou na terra o Reino dos céus, revelou-nos Seu mistério e, por Sua obediência, realizou a redenção. O Reino de Deus, já presente em mistério pelo poder de Deus, cresce visivelmente no mundo”.¹ “O Senhor Jesus iniciou a sua Igreja, pregando a Boa-Nova, isto é, o advento do Reino de Deus (...). Este Reino manifestou-se lucidamente aos homens na palavra, nas obras e na presença de Cristo”.² Com a vinda do Espírito Santo, poderíamos dizer que se completaram os tempos.

Assim, a Igreja é o novo Povo de Deus, a comunidade dos que creem. “Deus convocou e constituiu a Igreja – Comunidade congregada por aqueles que, crendo, voltam seu olhar a Jesus, autor da salvação

1 DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Dogmática Lumem Gentium*. n. 3.

2 Idem. n. 5.

e princípio da unidade”.³ Aqueles que têm seu olhar fixo em Jesus vivem na sociedade. Eles compõem com outras pessoas a sociedade. Os cristãos, como participantes da sociedade, levam seus valores e compromissos, ajudam a construir uma sociedade justa, fraterna e de paz.

A Igreja, as comunidades de fé, os cristãos, são ativos na sociedade. Eles, pelo diálogo e pela caridade, cuidam das pessoas que são excluídas da sociedade. Ao mesmo tempo, participam ativamente das discussões e proposições que visam o bem de todos. Como nos diz o Papa Francisco: “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta, e Jesus repete-nos sem cessar: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,37).⁴

A Campanha da Fraternidade deste ano será uma oportunidade de retomarmos os ensinamentos do Concílio Vaticano II. Ensinamentos que nos levam a ser uma Igreja atuante, participativa, consoladora, misericordiosa, samaritana. Sabemos que todas as pessoas que formam a sociedade são filhos e filhas de Deus. Por isso, os cristãos trabalham para que as estruturas, as normas, a organização da

3 Idem. n. 9.

4 Cf. PAPA FRANCISCO. **Exortação apostólica *Evangelii Gaudium***. Brasília: Edições CNBB, 2013. 1ª Edição. n. 49.

sociedade estejam a serviço de todos. Na sociedade, a Igreja, as comunidades desejam seguir a Jesus: vim “para servir e dar a vida em resgate por muitos” (Mc 10,45).

Maria, Mãe de Deus e nossa, nos acompanhe na caminhada quaresmal, para sermos sempre mais a presença da Igreja que serve a todos. Caminhemos todos com Jesus para Jerusalém e participemos com Ele da dor, da morte e da ressurreição.

Abençoada Quaresma e Feliz Páscoa!

Brasília, 6 de agosto de 2014

Festa da Transfiguração do Senhor

+ Leonardo Ulrich Steiner

Bispo Auxiliar de Brasília

Secretário Geral da CNBB

INTRODUÇÃO

1. A Igreja recebeu de Jesus Cristo o mandato missionário: “Ide, pois, fazei discípulos de todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado” (Mt 28,19-20). Essa é a sua vocação e a sua missão.¹
2. A Campanha da Fraternidade “*Fraternidade: Igreja e Sociedade*” deseja no tempo da quaresma recordar a vocação e a missão de todo o cristão, das nossas comunidades de fé.
3. As pessoas que vivem do Evangelho vivem na sociedade. A sociedade é formada por pessoas que convivem de forma organizada. A palavra latina *societas* recorda que sociedade pode significar associação amistosa com outros.
4. A palavra sociedade indica uma convivência e atividade conjunta de pessoas, ordenada ou organizada. A sociedade é um coletivo de cidadãos com leis e normas de conduta, organizados por critérios, e com entidades que cuidam do bem-estar daqueles que convivem.
5. Na sociedade, no comum a todos, acontece a exclusão e a não participação de pessoas que a compõem. Vivem à margem da sociedade. O que, no entanto, caracteriza a sociedade é a partilha de interesses entre os membros e a preocupação com o que é comum.
6. O Concílio Ecumênico Vaticano II recordou que “para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou na terra o Reino dos céus, revelou-nos Seu mistério e por Sua obediência realizou a redenção. A Igreja ou o Reino de Deus, já presente em mistério pelo poder de

1 Cf. Idem. n. 19.

Deus, cresce visivelmente no mundo”.² “O Senhor Jesus iniciou a sua Igreja pregando a boa-nova, isto é, o advento do Reino de Deus (...). Este Reino manifestou-se lucidamente aos homens na palavra, nas obras e na presença de Cristo”.³

7. A Igreja, pelas “línguas como de fogo que se repartiram e pousaram sobre cada um deles” (At 2,3), formou a “Comunidade dos Santos”, a comunidade – como diz o Concílio Vaticano II – congregada daqueles que, crendo, voltam seu olhar a Jesus, autor da salvação e princípio da unidade”.⁴ Igreja comunidades, comunidade de comunidades! Igreja, os filhos e filhas de Deus que vivem da morte e ressurreição de Jesus, o novo Reino.
8. Ela “entra na história dos homens, enquanto simultaneamente transcende os tempos e os limites dos povos”.⁵ Igreja presente na realidade da humanidade; Igreja, os que creem vivendo “no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas”.⁶ Uma Igreja ativa na sociedade. Os que são Igreja, os filhos e filhas, são parte da sociedade, vivem a sua fé na sociedade. Testemunham os valores e deixam-se guiar pelos critérios do Evangelho.
9. Nesse sentido, a Comunidade dos fiéis, os cristãos, é uma Igreja “em saída”. Sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Vive o desejo de oferecer misericórdia. Como Jesus, que lavou os pés aos seus discípulos, pondo-se de joelhos diante dos outros para lavar os pés, assim o cristão vai ao encontro das pessoas acolhendo-as nas dores e sofrimentos. Com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida diária das pessoas, encurta as distâncias, abaixa-se e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo.⁷ Ela busca

2 DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Dogmática Lumem Gentium*. n. 3.

3 Idem. n. 5.

4 Idem. n. 9.

5 Idem.

6 Cf. PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. n. 28.

7 Cf. Idem. n. 24.

o contato com as famílias e com a vida do povo. Não deveria tornar-se uma estrutura complicada, separada das pessoas, nem um grupo de eleitos que olham para si mesmos.

10. As comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos e outras formas de associação são uma riqueza da Igreja, que o Espírito suscita para evangelizar todos os ambientes e setores.⁸
11. A missão da Igreja de evangelizar passa pela caridade. A caridade é anúncio. “Quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que muitas vezes são desprezados e esquecidos, ‘àqueles que não têm com que te retribuir’ (Lc 14,14). Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, ‘os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho’, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais sozinhos!”⁹
12. Os cristãos são presença do Evangelho na sociedade. A Igreja reconhece a laicidade do Estado. Sabe e afirma que, como comunidade de fiéis, participa ativamente da vida da sociedade; dela faz parte e participa da construção da sociedade justa, fraterna e solidária, preservando-a de ser excludente.
13. Para a realização da Campanha da Fraternidade deste ano, *Fraternidade: Igreja e Sociedade*, são propostos os seguintes objetivos:

8 Cf. Idem. n. 29.

9 Cf. Idem. n. 48.

Objetivo geral

- ♦ Aprofundar, à luz do Evangelho, o diálogo e a colaboração entre a Igreja e a sociedade, propostos pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, como serviço ao povo brasileiro, para a edificação do Reino de Deus.

Objetivos específicos

- ♦ Fazer memória do caminho percorrido pela Igreja com a sociedade, identificar e compreender os principais desafios da situação atual.
- ♦ Apresentar os valores espirituais do Reino de Deus e da doutrina Social da Igreja, como elementos autenticamente humanizantes.
- ♦ Identificar as questões desafiadoras na evangelização da sociedade e estabelecer parâmetros e indicadores para a ação pastoral.
- ♦ Aprofundar a compreensão da dignidade da pessoa, da integridade da criação, da cultura da paz, do espírito e do diálogo inter-religioso e intercultural, para superar as relações desumanas e violentas.
- ♦ Buscar novos métodos, atitudes e linguagens na missão da Igreja de Cristo de levar a Boa Nova a cada pessoa, família e sociedade.
- ♦ Atuar profeticamente, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para o desenvolvimento integral da pessoa e na construção de uma sociedade justa e solidária.

PRIMEIRA PARTE

1. Breve histórico das relações Igreja e sociedade no Brasil

1.1. Das origens à Cristandade

14. As origens do Cristianismo estão radicadas na vida, pregação, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Ele assumiu e viveu a cultura de seu povo, participando ativamente dos problemas daquela sociedade. Os seus discípulos viam em Jesus a realização das expectativas messiânicas presentes na fé e tradição do povo de Israel. As primeiras comunidades cristãs sofreram e foram perseguidas, mas o exemplo dos mártires as tornava ainda mais unidas. O cristianismo fortalecido por este testemunho cresceu e se espalhou pelo mundo daquela época.
15. Alguns séculos mais tarde, para suprir carências da sociedade civil, a Igreja, já mais bem estruturada, pôde servir na construção da civilização europeia, após a desarticulação das estruturas do Império Romano. Esta nova configuração sociocultural desenvolvida no continente europeu, com a participação expressiva da Igreja na sociedade civil, ficou conhecida como Cristandade. A principal característica dessa sociedade é que a vida das pessoas e das instituições era organizada com inspiração cristã. Este modelo social vigorou durante a Idade Média.

1.2. A Cristandade lusitana

16. No século XVI ocorreram fatos de grande repercussão e forte implicação na sociedade da época, a ponto de gerar crise e abalar as bases da chamada Cristandade. Entre estes, são dignos de

nota a Reforma Protestante e o Humanismo. A Reforma introduziu uma fratura no cristianismo. O Humanismo reivindicava uma sociedade articulada sobre bases humanas e não a partir de conteúdos da fé.

17. Com esta crise, e devido à ameaça dos árabes, o Papado intensificou as relações com os Reinos de Portugal e da Espanha, nos quais o espírito da Cristandade permaneceu mais forte. Esta aliança resultou no Padroado, um modo de relação entre a Santa Sé e o Estado Português, que conferia ao monarca a tarefa de defender a fé e o direito de intervir em assuntos eclesiásticos, como nomeação e manutenção de clérigos e fundação de dioceses. Cabia também ao monarca português enviar missionários e gerir os trabalhos eclesiásticos realizados no Brasil.¹⁰
18. O regime do Padroado não impediu que a Igreja desenvolvesse sua missão na Terra de Santa Cruz com espírito missionário, junto aos habitantes deste novo mundo. A título de exemplo, os jesuítas, tão logo chegaram, foram morar com os índios em aldeias. Estudaram sua língua, na época chamada “brasílica”.
19. Houve uma verdadeira saída de si ao encontro do outro por parte dos missionários. Eles amaram e valorizaram a Terra de Santa Cruz e difundiram a ideia de que se tratava de um lugar de salvação. Desenvolveram obras de aldeamento em proximidade aos primeiros colégios aqui instalados. Religiosos de outras Ordens também vieram ao Brasil, como os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos.
20. A missão da Igreja durante o povoamento do Brasil não ficou restrita aos missionários clássicos. Os cristãos leigos e leigas também exerceram um importante papel evangelizador. Por exemplo, as confrarias leigas, mucamas e donas-de-casa, músicos e cantadores populares, e, ainda, os ermitães e os denominados irmãos, beatos e beatas, quilombolas e outros. A ação dessas

10 Cf. BALDISSERI, L; MARTINS, I. G. M. (coord.). *Acordo Brasil-Santa Sé comentado*. São Paulo: LTr Editora, 2012. p. 76-77.

pessoas contribuiu na formação do catolicismo vivido pela grande maioria do povo brasileiro.¹¹

1.3. O Império e o início da República

21. Com a proclamação da Independência do Brasil em relação ao Reino de Portugal, em 1822, Dom Pedro I foi aclamado Imperador. Em 1824, o Estado imperial nascente ganhou uma Constituição, que, a exemplo do Reino Português, reconheceu a “Religião Católica Apostólica Romana” como religião oficial do Império Brasileiro.¹² A Santa Sé por sua vez, ao reconhecer oficialmente o novo Império, concedeu ao Monarca o direito de Padroado, nos mesmos moldes do acordo firmado com os Reis de Portugal.¹³
22. Da proclamação da independência do Brasil até o início da República, a Igreja se fez presente na sociedade brasileira dirigindo estabelecimentos de ensino e introduzindo casas de misericórdia em favor dos enfermos e pobres. O Estado Monárquico nascente se mostrava precário e desarticulado nessa função. Muitos bispos e padres tiveram papéis de destaque na administração imperial, chefiando cargos públicos, aconselhando os Imperadores e personalidades políticas, mediando conciliações durante os conflitos e revoltas civis.
23. No entanto, o sistema régio do Padroado trouxe inúmeros descontentamentos à Igreja, sendo um dos motivos do apoio de muitos eclesiásticos ao movimento militar que extinguiu a Monarquia e implantou o sistema republicano em 1889.
24. O Padroado Régio chegou ao fim por meio da Constituição Republicana de 1891. A partir disso, a criação de novas dioceses e paróquias, a fundação de seminários e de obras voltadas aos pobres, a indicação e nomeação de clérigos para cargos eclesiásticos e

11 Cf. Idem, p. 46.

12 Cf. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL. *Lei Imperial de 25 de março de 1824*. www.planalto.gov.com.br. Acesso em: 24/05/2014.

13 Cf. BALDISSERI, L; MARTINS, I. G. M. (coord.). *Acordo Brasil-Santa Sé comentado*. p. 88.

outras atribuições, até então de competência do Estado Imperial, passaram, finalmente, a depender da própria Igreja.

1.4. Os desafios da primeira metade do século XX

25. Entre as décadas de 1930 a 1950, a Igreja deparou-se com situações inéditas que impunham novos desafios pastorais. Eles decorreriam de ideias revolucionadoras, de novos movimentos sociais e culturais e de transformações sociais e econômicas em curso na sociedade. Entre elas, merecem destaque a expansão acelerada de alguns centros urbano, a formação das classes médias, a ditadura Vargas, o centralismo e a redemocratização política do pós-guerra, o modernismo nas artes e na literatura e a participação das Forças Armadas na Segunda Guerra Mundial, e podem ser apontados como realidades novas.
26. A resposta da Igreja aos grandes desafios veio na forma de várias iniciativas organizacionais, entre as quais: a atuação da recém-criada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, as mobilizações dos leigos, por meio da Ação Católica Especializada, em várias dimensões sociais, o Movimento de Educação de Base (MEB) e os sindicatos rurais de inspiração eclesial.
27. Dentre as respostas ainda merecem especial destaque o I e o II Encontro de Bispos do Nordeste, realizados em Campina Grande (PB), em 1956 e 1959. Neles, os bispos, com a ajuda de especialistas, empreenderam uma ampla análise da situação regional. As conclusões destas reflexões forneceram elementos para a elaboração de projetos de ordem socioeconômica ou transformaram-se em reivindicações para solucionar situações do Nordeste. Algumas delas se concretizaram e trouxeram reais benefícios, a exemplo da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).¹⁴

14 Cf. BARROS, R. C. *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou com o Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 122-123.

28. A experiência eclesial adquirida nos anos 1950 foi fortalecida com a criação da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), pelo Papa Pio XII, em 1955. A presença pública da Igreja ampliou-se junto à sociedade com o Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro, o Encontro Internacional da Ação Católica e a criação da coordenação nacional de catequese. Esta experiência da Igreja no Brasil, em proximidade da realidade e de seus desafios, preparou-a para receber, de maneira privilegiada, as propostas do Concílio Vaticano II.
29. Ao final de conturbado período político, após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart, a Igreja participou ativamente da mobilização popular que culminou com o movimento militar de 1964.

1.5. Desafios do período da repressão

30. Com a implantação e continuidade do regime militar, no final da década de sessenta e início dos anos 70, em pleno período da repressão, a Igreja deparou-se com outros desafios e novas situações na sociedade brasileira. Naquele momento, eles eram oriundos sobretudo do avanço da industrialização, do agravamento dos problemas sociais, tanto no campo como nas cidades, da ditadura militar e de uma verdadeira ebulição cultural nos grandes centros urbanos.
31. A Igreja, nesse período, respondeu com as primeiras experiências de Pastorais Sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entre outros.
32. A Campanha da Fraternidade, após ser gestada na Arquidiocese de Natal no início dos anos sessenta, rapidamente se estendeu a várias dioceses nordestinas. Em 1964, ela foi realizada em âmbito nacional. Na década de setenta, a Campanha da Fraternidade foi um veículo para denúncias e debates relativos a temáticas sociais do momento, como: migração, trabalho, fome, moradia e outros. Em

1974, em plena ditadura militar, propôs o tema: *Reconstruir a vida*, e o lema: *Onde está o teu irmão?* A repercussão das suas temáticas suscitou ânimo ao povo brasileiro no enfrentamento das dificuldades na caminhada de construção de uma nação livre e democrática.

33. Em 1976, por quase unanimidade, a Assembleia Geral do episcopado aprovou o documento “Exigências cristãs de uma nova ordem política”, demonstrando a sintonia da Igreja com os acontecimentos do período. Este documento traduzia a experiência da Igreja no período de oposição ao regime de militar, como o seu empenho pela recuperação das liberdades individuais e institucionais.

1.6. Desafios da redemocratização da sociedade

34. No final da década de 1980, a Igreja Católica acompanhou e participou ativamente do processo de redemocratização do Brasil. Os movimentos pela abertura política, entre eles o da Anistia e “Diretas Já”, encontraram na Igreja um abrigo seguro para sua articulação. No processo constituinte, a Igreja atuou com empenho visando a consolidação de estruturas democráticas na sociedade brasileira. Documentos eclesiais foram lançados em vista do aprimoramento das relações democráticas no país.¹⁵
35. A CNBB, por meio do Setor Pastoral Social, passou a coordenar as novas iniciativas surgidas com essa perspectiva, com as pastorais: carcerária, da criança, do menor, dos migrantes e da mulher marginalizada. Estas realidades desafiadoras exigiam da solicitude social da Igreja mais contundência e uma ação evangelizadora com foco específico.
36. No final do século XX e início do século XXI, a participação social e política da Igreja na sociedade brasileira prosseguiu por meio de diversos organismos e pastorais, entre os quais os Novos Movimentos, as Comunidades Eclesiais de Base, as Pastorais Sociais, o Movimento

15 Cf. CNBB. Declaração Pastoral. **Por uma Nova Ordem Constitucional** – (24ª Assembleia Geral – 1986), **Exigências Éticas da Ordem Democrática** (27ª Assembleia Geral – 1989) e **Ética: pessoa e sociedade** (31ª Assembleia Geral – 1993).

Fé e Política, as Semanas Sociais e o Grito dos Excluídos. Este processo histórico não foi tranquilo. Na medida em que caminhava, aumentavam os desafios próprios das mudanças em curso.

37. Contudo, não obstante os desafios, a Igreja, animada pelo Espírito de Jesus, se revigora nas inúmeras comunidades eclesiais e nos trabalhos imprescindíveis que presta ao povo brasileiro. A visita do Papa Francisco ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, foi um momento de grande participação popular, manifestação de fé e revigoramento para a Igreja, em sua missão e participação ativa no serviço à sociedade.

2. A sociedade brasileira atual e seus desafios

38. Na sociedade brasileira, as mudanças são tão profundas e constantes a ponto de se vislumbrar uma verdadeira mudança de época.¹⁶ É uma situação geradora de crises e angústias na vida pessoal, nas instituições e nas várias dimensões da sociedade. As mudanças indicam também oportunidade de uma vida cristã mais intensa e atuante.

2.1. A demografia

39. A população brasileira ultrapassou os 200 milhões de habitantes. Em 1960 era pouco mais de 70 milhões de pessoas. O Sudeste continua mais populoso, com mais de 80 milhões. A maioria da população está concentrada na faixa litorânea. O Centro-Oeste e Norte apresentam baixa densidade populacional. A expectativa de vida do brasileiro chegou, em 2012, a 74,6 anos.¹⁷
40. Em 2013, o crescimento populacional registrado foi de 0,86%,¹⁸ e deve tornar-se negativo em 2040. Nos anos 1960, as mulheres

16 Cf. CNBB. Documento – 94. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011 – 2015*. Brasília: Edições CNBB, 2011. n. 17-20.

17 Cf. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/12/brasileiro-nasce-com-expectativa-de-vida-de-746-anos-aponta-ibge.html>. Acesso em: 28/08/2014.

18 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1507099-populacao-brasileira-atinge-2027-milhoes-de-habitantes-calcula-ibge.shtml>. Acesso em: 28/08/2014.

em idade reprodutiva tinham em média seis crianças. Em 2010, a taxa já havia caído para 1,8. Em quatro décadas, a demografia da população deixou de tender para a “explosão demográfica”, assumindo a perspectiva de crescimento moderado.¹⁹

41. O perfil demográfico da população vem mudando. De um lado, há uma diminuição do número de crianças, e, de outro, existe um aumento de idosos. Este fator pode cooperar para o desenvolvimento da sociedade, mas tem implicações preocupantes. O custo do cuidado com os idosos, hoje absorvido pelas famílias, sobretudo pelas mulheres, tende a aumentar. Manter este modelo será difícil, com a progressiva redução do tamanho das famílias e a transformação social do papel feminino.²⁰
42. A redução de crianças e adolescentes, que poderia facilitar a gestão do sistema educacional, ainda não proporcionou melhorias significativas. Os índices verificados nessa área estratégica são baixos, comprometendo o futuro da nação. Na sociedade do saber, a falta de qualificação profissional adequada é severamente punida com a exclusão dos postos de trabalhos mais dignos.

2.2. A urbanização e algumas dificuldades

43. A urbanização da sociedade brasileira foi muito rápida. Em 1940, a população urbana era restrita a 31%; em 1960, a 45%, e hoje está em torno de 85%.²¹ Cerca de 44% dos brasileiros vivem em regiões metropolitanas.²² Esta rápida urbanização caracterizou-se pela falta de planejamento e resultou em problemas, como: favelização, poluição, violência, drogadição, enchentes, mobilidade e precárias condições sanitárias. As pessoas concentradas nas periferias tendem a ser as mais afetadas com essas situações.

19 Cf. <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1440>. Acesso em: 28/08/2014

20 Cf. Idem.

21 Cf. <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>. Acesso em: 28/08/2014.

22 Cf. http://www.suapesquisa.com/geografia/regioes_metropolitanas.htm. Acesso em: 28/08/2014.

44. A rápida urbanização da sociedade brasileira, com inchaço das cidades e surgimento de grandes regiões metropolitanas, não foi acompanhada de adequadas políticas de moradias. A favelização retrata desigualdades socioespaciais. O transporte público não atende as necessidades de deslocamento das pessoas, é considerado ruim e ineficiente, provoca longas esperas, tem veículos sempre lotados e serviço caro.
45. Mais de 50% dos domicílios no Brasil não têm coleta de esgoto e, do coletado, menos de 40% recebem algum tratamento. Para suprir o déficit de saneamento básico, seriam necessários investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões por ano, durante 20 anos consecutivos, algo que o desenvolvimento econômico atual não permite.²³ A urbanização provocou no Brasil um aumento na produção de lixo de 213 mil toneladas por dia, em 2007, para 273 mil toneladas, em 2013. A falta de um destino adequado a estes resíduos é fonte de diversos problemas sanitários e ambientais.²⁴

2.3. Articulação: políticas públicas com objetivos econômicos e sociais

46. No início do século XXI, houve uma melhor articulação das políticas públicas com objetivos econômicos e sociais, na tentativa de romper com modelos de crescimento não inclusivos. Uma série de políticas sociais foi implantada com o intuito de reduzir o contingente dos miseráveis e trouxe avanços sobretudo em índices de alimentação e saúde.
47. O bolsa família talvez seja o programa mais conhecido e debatido entre estes esforços. Com 0,5% do PIB, o programa atende 14 milhões de famílias e atinge 1/4 da população. Após dez anos,

23 Cf. Miguel. S. *Censo 2011 revela as deficiências do Brasil em saneamento básico e a necessidade de mais investimentos*. In: <http://www.ecodebate.com.br/2011/05/17/censo-2011-revela-as-deficiencias-do-brasil-em-saneamento-basico-e-a-necessidade-de-mais-investimentos/>. Acesso em: 21/08/2014.

24 Cf. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/meio-ambiente/444229-producao-de-lixo-no-brasil-aumentou-em-60-mil-toneladas-desde-2007.html>. Acesso em: 21/08/2014.

o programa contribuiu para a diminuição da pobreza extrema da população de 9,7% para 4,3%.²⁵ Outro índice importante foi a redução da mortalidade de crianças até cinco anos. O índice de mortes por mil nascidos vivos passou de 53,7, em 1990, para 17,7, em 2011.²⁶

48. Este programa e outros do gênero são motivo de debates na sociedade brasileira. Muitos o criticam por considerarem estas ações meramente assistencialistas, carecendo de instrumentos para melhor qualificar as pessoas assistidas e proporcionar-lhes saída efetiva da condição de pobreza extrema.

2.4. Economia: estabilidade e avanço da classe média

49. A economia brasileira é a maior da América Latina e do hemisfério Sul, sendo a oitava do mundo. Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de R\$ 4,49 trilhões, e a renda *per capita* dos brasileiros foi de R\$ 24.065,00.²⁷
50. As duas décadas de estabilidade econômica proporcionaram a geração de mais empregos²⁸ e o aumento da renda, inflando a classe média, hoje estimada em mais de 100 milhões de pessoas.²⁹ A ascensão social inédita desse grupo de pessoas alavanca o consumo com a movimentação de 56% do crédito disponível na economia.
51. Esta classe média ampla passou a consumir alguns produtos antes restritos à classe alta, como planos de saúde, escolas particulares,

25 Cf. <http://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2013/11/04/bolsa-familia-Brazil-quiet-revolution>. Acesso em: 30/08/2014.

26 Cf. Formenti. Lígia. *Brasil atinge meta da ONU e reduz mortalidade infantil*. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-atinge-meta-da-onu-e-reduz-mortalidade-infantil,1170645>. Acesso em: 20/08/2014.

27 http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm. Acesso em: 29/08/2014.

28 Cf. Costa. G. *Especialistas divergem sobre ascensão da nova classe média*. In: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-02/especialistas-divergem-sobre-ascensao-da-nova-classe-media>. Acesso em: 28/08/2014.

29 Cf. <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/54-dos-brasileiros-formam-a-classe-c-diz-serasa-experian>. Acesso em: 30/08/2014.

previdência privada e viagens aéreas, impulsionando a economia nos últimos anos, devido a incentivos ao consumo. Atualmente, ela encontra-se endividada, com pessoas atônitas e angustiadas, num contexto de crédito caro e baixa poupança, dada a desaceleração econômica do país, verificada a partir de 2011.³⁰

2.5. As minorias na sociedade brasileira

52. Parte das dificuldades enfrentadas por vários grupos étnicos e culturais minoritários na sociedade está diretamente relacionada à dimensão econômica da pobreza. Merecem atenção, segundo a peculiaridade de cada uma das situações vividas, os grupos étnicos ou culturais: indígenas, quilombolas, pescadores, comunidades tradicionais e povos nômades. Eles precisam, sobretudo, de apoio na luta pelos seus territórios, pela manutenção de sua cultura e pela sobrevivência no modo de vida próprio de sua tradição, em que pesem as enormes conquistas alcançadas após a Constituinte de 1988 e os conflitos e impasses territoriais decorrentes.³¹
53. Outros grupos sociais também requerem devida atenção e cuidado, como o dos dependentes químicos e dos portadores de necessidades especiais. O fenômeno da migração tem aumentado no país; estas pessoas que aqui buscam melhores condições de vida carecem de acolhida e amparo para se instalarem com dignidade, condições de manterem sua cultura e assistência religiosa.
54. Os pobres e excluídos têm rosto, têm uma corporeidade, trajetória de vida e esperanças. São indivíduos e são grupos sociais. A sociedade brasileira, ao apresentar avanços na retirada de pessoas da miséria e da fome, e ao oferecer melhores condições de vida à população em geral, não pode relegar ao esquecimento as minorias e suas demandas.

30 CF. <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/54-dos-brasileiros-formam-a-classe-c-diz-serasa-experian>. Acesso em: 30/08/2014.

31 Cf. MIRANDA. E. E. *O Brasil acabou?* Agro DBO, v. 57, 2014. p. 28-29.

2.6. A violência na sociedade brasileira

55. A violência não para de crescer, sob todas as formas e em todos os estratos da sociedade. O país apresenta uma taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes, a oitava pior marca entre 100 nações com estatísticas confiáveis sobre o tema. As mais altas taxas de homicídios estão em Alagoas (55,3), Espírito Santo (39,4), Pará (34,6), Bahia (34,4) e Paraíba (32,8),³² com maior incidência nas periferias urbanas e em cidades com rápido crescimento.
56. As mortes violentas, antes concentradas em grandes centros urbanos, se espalharam pelo país. São 50 mil mortes violentas por ano. O comércio de drogas e a drogadição estão entre as principais causas do vertiginoso aumento da violência e da criminalidade. O país é o maior consumidor mundial de drogas como o crack,³³ e o segundo de cocaína.³⁴ O consumo devastador de drogas chegou a cidades do interior. Em meados de 2014, 350 mil pessoas usavam crack regularmente em S. Paulo.³⁵
57. O índice de crimes e delitos esclarecidos é baixo e contribui para a sensação de impunidade na sociedade. Mesmo assim, mais de meio milhão de brasileiros está detido no sistema carcerário. A maioria é jovem,³⁶ negra³⁷ e pobre, com poucas oportunidades de

32 Cf. Carvalho, J. *Mapa da Violência 2013: Brasil mantém taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes*. In: <http://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2013-brasil-mantem-taxa-de-204-homicidios-por-100-mil-habitantes-7755783#ixzz33bT26EFh>. Acesso em: 20/08/2014.

33 Segundo pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, um a cada 95 brasileiros já teriam caído na armadilha desta droga. Cf. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/05/brasil-e-o-maior-consumidor-de-crack-do-mundo-revela-estudo-da-unifesp.html>. Acesso em: 30/08/2014.

34 Cf. http://port.pravda.ru/busines/25-09-2013/35329-brasil_cocaina-0/. Acesso em: 30/08/2014.

35 Cf. Ricardo Brandt. Crack. A invasão da droga nos rincões do sossego. In: <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/crack/index.html>. Acesso em: 20/08/2014.

36 As mortes não naturais e violentas de jovens – como acidentes, homicídios ou suicídio. Segundo dados de 2013, esta taxa apresentou crescimento de 207,9%, a de homicídio cresceu 326,1%. Cf. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-18/homicidios-de-jovens-crescem-3261-no-brasil-mostra-mapa-da-violencia>. Acesso em: 29/08/2014.

37 Cf. <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2013/10/18/indice-de-assassinato-de-negros-o-problema-e-social-e-nao-racial/>. Acesso em: 28/08/2014.

reintegração social. Esta situação provoca debates, soluções são apresentadas. Dentre estas, algumas duras, como a diminuição da maioria penal e até a pena de morte.

58. O envolvimento dos jovens na drogadição e no tráfico, com a alta taxa de assassinatos que os atinge, um autêntico extermínio,³⁸ em que pese a crescente inclusão, parece ilustrar o peso do materialismo e do consumismo associados à busca da ascensão social, à complexidade desse desafio, às limitações das políticas públicas.

3. O serviço da Igreja à sociedade brasileira

3.1. O serviço das comunidades católicas na sociedade

59. A Igreja Católica tem como missão o serviço à sociedade em favor do bem integral da pessoa humana.³⁹ A mensagem do Evangelho exige dos cristãos o direito e o dever de participar da vida da sociedade.⁴⁰ Daí a importância do diálogo cooperativo fraterno e enriquecedor com a realidade social e as instâncias representativas da ordem social.
60. O modo pelo qual a Igreja dialoga de maneira contundente com a sociedade em geral é o serviço cooperativo a favor da verdade, da justiça e da fraternidade em vista do bem comum. A Igreja conta com a parceria de instituições e organizações sociais, bem como de homens e mulheres de boa vontade, unindo forças para a erradicação de injustiças e construção de uma sociedade que propicie a vida.

38 Entre 1980 e 2011, as mortes não naturais e violentas de jovens – como acidentes, homicídio ou suicídio – cresceram 207,9%. Se forem considerados só os homicídios, o aumento chega a 326,1%. Cf. <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/108909/Mapa-da-Viol%C3%Aancia-mortes-de-jovens-crescem-326.htm>. Acesso em: 02/09/2014

39 Cf. Preâmbulo do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao estado jurídico da Igreja Católica no Brasil, 13/11/2008 – Presidência da República, Casa Civil, Decreto de Promulgação n. 7. 107, de 11 de fevereiro de 2010.

40 Cf. CELAM. *Documento de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979. n. 503.

61. A Igreja Católica está presente em todo o território brasileiro, participando e servindo, em vários âmbitos e por distintas formas, a sociedade brasileira. As dioceses e paróquias, quando autênticas comunidades de fé, unem pessoas. E contribuem para a edificação da sociedade brasileira através de vários serviços e obras diversificadas, que expressam a solicitude social da Igreja e a fraternidade, especialmente para com os mais necessitados.
62. A Igreja, em suas articulações pastorais, organiza movimentos em defesa dos direitos das pessoas, combate as injustiças que atentam contra a dignidade humana e promove a assistência a pessoas ou grupos necessitados. Em suas comunidades, as orações e celebrações são acompanhadas de reflexões acerca dos problemas enfrentados na sociedade e de ações práticas e concretas a favor de uma renovação social baseada no respeito à dignidade da pessoa humana. A Campanha da Fraternidade é um momento privilegiado de meditação, oração e transformação.
63. Um exemplo do engajamento social e político recente da Igreja católica com suas parcerias foi seu apoio ao Projeto de Participação Popular que resultou na instituição da Lei da “Ficha Limpa” (Lei 135/210).⁴¹ Em vigor, essa nova legislação impediu vários candidatos condenados pela Justiça de concorrerem ao pleito eleitoral de 2014. Desde agosto de 2013, outro projeto desta ordem tramita no Congresso: é o chamado “Saúde + dez”, que reivindica 10% das receitas brutas da União para a Saúde Pública. Este projeto decorre da Campanha da Fraternidade de 2012.

3.2. A solicitude da Igreja na assistência aos mais necessitados

64. A história da sociedade brasileira traz as marcas do serviço da Igreja aos mais necessitados. Em épocas de inexistência de políticas sociais promovidas pelo Estado, a evangelização suscitou

41 Esta Lei impede pessoas que já tiveram condenação judicial em segunda instância de se apresentarem como candidatas ao pleito eleitoral.

iniciativas e associações para educar as crianças, suprir a fome, atender os doentes, prover lar para crianças abandonadas e lugar seguro para idosos, como as já evocadas Santas Casas de Misericórdia, as Conferências Vicentinas, orfanatos, colégios, clínicas, hospitais etc. A assistência também ocorreu por meio de pastorais que tradicionalmente servem aos enfermos e às famílias necessitadas.

65. Outras mais recentes foram criadas, conforme as necessidades percebidas na sociedade, como a pastoral da criança. Os milhares de voluntários por todo o país, com dedicação às crianças mais carentes e orientação às suas famílias, salvaram crianças e contribuíram decisivamente para a diminuição da mortalidade infantil. Esta pastoral, com seus métodos e participantes, simboliza um serviço social concreto e eficaz da Igreja que, sem abdicar do socorro aos necessitados, se empenha também na superação das situações geradoras de morte.

3.3. A solicitude da Igreja por meio de pastorais sociais

66. A espiritualidade cristã fomentou a ajuda aos necessitados, marcando a sociedade e a própria história da assistência social e da promoção humana no Brasil, desde o início do povoamento europeu do país.
67. A Igreja Católica exerce sua solicitude social por meio de várias pastorais e organismos. Com estes serviços, a Igreja procura transformar efetivamente a sociedade brasileira pela incidência das ações das pastorais sociais. Lembramos a pastoral do idoso, carcerária, da saúde, do menor, dos pescadores, do povo de rua, entre outras. Elas expressam a solicitude e o cuidado de toda a Igreja nas situações de marginalização, exclusão e injustiça.
68. As pastorais sociais atuam em diversos âmbitos da vida social. No mundo rural: a questão agrária, os territórios dos povos tradicionais, a produção agrícola familiar e a preservação das riquezas

naturais. No meio urbano: os moradores de rua, as mulheres marginalizadas, o solo urbano e o mundo do trabalho. Com as minorias: povos indígenas, quilombolas, afrodescendentes, pescadores, ciganos e migrantes.

69. Um dos organismos da Igreja que tem atuação importante nessa perspectiva é a Caritas Brasileira, em campanhas emergenciais, na defesa dos direitos humanos e em projetos de superação da vulnerabilidade social. Atualmente, a Caritas brasileira conduz em nosso país a Campanha Mundial Contra a Fome e a Pobreza,⁴² lançada mundialmente no dia 10 de dezembro de 2013. Em 2015, intenta apresentar à sociedade as reflexões produzidas nas “rodas de conversas” ao longo de 2014.
70. Estes são alguns exemplos de atuação das pastorais sociais cujo universo é bem mais amplo. Ainda merece ser citado o trabalho da pastoral da juventude, contra a violência e mortes violentas de jovens, que registram aumento assustador. Esta ação é denominada “Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens”. As diversas pastorais sociais também suscitam reflexões abrangentes, em espaços como a Semana Social Brasileira, e questionamentos proféticos, a exemplo do Grito dos Excluídos.
71. A pastoral da família visa a coesão das famílias, núcleo central da estruturação social. Educar para o amor, viver a diversidade familiar e das famílias, conviver com as diferenças e construir a fraternidade dentro do lar são passos iniciais da vida em sociedade. É um trabalho de grande importância, pois notícias indicam crise nas relações familiares, com pais deixando seus lares, a violência doméstica vitimando mulheres e crianças, menores sendo explorados no mercado de trabalho e mesmo na sua sexualidade, e abortos sendo praticados.

42 Esta Campanha foi idealizada pela Carita Internacional. Para maiores informações acesse: www.caritas.org.br.

3.4. A Igreja Católica e o contexto religioso da sociedade brasileira

72. Na sociedade brasileira atual, a compreensão da fé e sua prática passam por grandes mudanças. Muitas pessoas não valorizam mais a pertença a determinada religião, de forma ativa e sistemática. A participação religiosa, nessa concepção, fica condicionada aos interesses pessoais no seio de uma sociedade competitiva e individualista. A busca por curas e prosperidade suscitou o crescimento de grupos religiosos, com promessas para solucionar as demandas das pessoas.⁴³
73. Nesse contexto de religiosidade individualista, é oportuno lembrar o alerta do Papa Francisco acerca do “mundanismo espiritual”. Com esta expressão, o Papa alude a práticas dentro da Igreja baseadas na busca da autossatisfação, da perda do sentido comunitário e do projeto de Jesus. Uma fé subjetivista fechada em seus próprios raciocínios ou um “elitismo narcisista e autoritário” de quem se sente superior ao cumprir certas normas eclesiais ou sendo fiel a um estilo do passado.⁴⁴ A religiosidade, quando assume esses traços, apresenta resistência a apelos em prol de ações pela edificação de uma sociedade justa e fraterna.
74. Além das transformações das concepções religiosas na sociedade brasileira, o último Censo também aponta alterações no perfil entre as religiões. Chama a atenção, e causa certo alarde, a diminuição da porcentagem dos que se declaram católicos nas pesquisas.
75. No Censo de 2010, os evangélicos, que na década de 70 eram 5,2%, hoje correspondem a 22,2%⁴⁵ da sociedade brasileira, crescimento este que se acentuou a partir dos anos noventa.⁴⁶

43 Cf. CNBB. Documento – 100. *Paróquia, comunidade de comunidades – A conversão pastoral da paróquia*. Brasília: Edições CNBB, 2014. n. 23.

44 Cf. PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. n. 94.

45 Cf. Ritto, C. *População católica encolhe no Brasil. Evangélicos avançam*. In: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ibge-populacao-catolica-encolhe-no-brasil>. Acesso em: 21/08/2014.

46 Cf. <http://charlesfleury.wordpress.com/2012/11/23/perfil-religioso-no-brasil-segundo-ibge-vidae-censo-2010/>. Acesso em: 30/08/2014.

Outro dado importante nas estatísticas da religiosidade da sociedade brasileira é o aumento do grupo dos sem religião. Nos últimos anos, este grupo cresceu 70%, alcançando 8% da população. A sociedade também convive com novas formas de religiosidade, derivadas das grandes religiões asiáticas e de diferentes seitas cristãs.⁴⁷

3.5. O Ecumenismo

76. O Concílio Vaticano II incentivou a ação da Igreja em três campos de diálogo no mundo moderno. Cada um deles conta com um documento explícito, que expõe a orientação da Igreja para entendimento melhor da questão religiosa: o Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), sobre o ecumenismo, a Declaração *Nostra Aetate* (NA), sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, e a Declaração *Dignitatis Humanae* (DH), sobre a liberdade religiosa. São temas de diversidade religiosa, mas incidem na relação da Igreja com a sociedade.
77. A origem da palavra ecumenismo evoca a casa (*oikos*) e significa a busca da convivência pacífica sob o mesmo teto. O ecumenismo fortalece a busca de uma atuação conjunta em ações sociais inspiradas no amor ao próximo, bem como a colaboração na educação para a paz e em ações que visem o bem-estar físico, moral e espiritual do povo e o bem comum da sociedade.⁴⁸
78. A Igreja no Brasil desenvolve ações ecumênicas integrando o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), incentivando os discípulos e discípulas missionários a desenvolverem atividades mais intensas na Semana Nacional de Oração pela Unidade dos Cristãos e na realização da Campanha da Fraternidade Ecu-
mênica. Algumas comunidades mantêm estreitas relações com outras confissões cristãs, especialmente as tradicionais.
79. Além do ecumenismo, que se refere ao diálogo com as Igrejas cristãs, a Igreja promove, em todo o mundo, o diálogo

47 Cf. CELAM. *Santo Domingo*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. n. 147.

48 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Decreto Unitatis Redintegratio*. n. 18.

inter-religioso. Deus, em sua bondade e por meios que só ele conhece, acolhe as pessoas que o buscam nas mais diferentes religiões, consideradas como “respostas aos profundos enigmas para a condição humana”.⁴⁹ Exortando os fiéis ao diálogo sincero com os membros das grandes religiões, sobretudo o judaísmo, o islamismo, o budismo e o hinduísmo, a Igreja Católica afirma que “nada rejeita do que há de verdade e santo nessas religiões”.⁵⁰

4. Igreja – Sociedade: convergências e divergências

4.1. O pluralismo

80. A sociedade brasileira apresenta uma pluralidade cultural com sua matriz étnica de origem europeia, africana e indígena. Para o pluralismo também cooperou a vinda de muitos migrantes da Europa e da Ásia, ao longo dos séculos XIX e XX, além das grandes migrações internas. E, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, a sociedade brasileira inseriu-se ainda mais no mundo globalizado.

81. Há cerca de meio século, na época do Concílio Ecumênico Vaticano II, os padres conciliares já faziam alusão à realidade do pluralismo e seus desafios à Igreja, ao proclamar:

É mais difícil hoje do que outrora fazer uma síntese dos vários ramos do saber e das artes. Ao tempo em que aumenta a multidão e diversidade dos elementos que constituem a cultura, diminui para cada homem a possibilidade de compreendê-los e organizá-los. A figura mítica do “homem universal” desaparece, assim, cada vez mais.⁵¹

82. O pluralismo pode trazer benefícios ao conceder mais liberdade às pessoas. Por outro lado, a perda ou a relativização de referências

49 DOCUMENTO CONCILIAR. *Declaração Nostra Aetate*. n. 1.

50 DOCUMENTO CONCILIAR. *Declaração Nostra Aetate*. n. 2.

51 DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, n. 61.

culturais pode gerar fragmentação e desorientação em todas as dimensões da existência.⁵²

83. Este ambiente plural torna-se fecundo quando permite a abertura das pessoas e dos atores sociais à alteridade. A abertura é necessária para o reconhecimento de que a diferença do outro, que o distingue, não é motivo de afastamento.⁵³ Esta atitude é pressuposto indispensável para se estabelecerem o diálogo e a partilha de experiências. Diálogo e partilha, no contexto atual, são o modo indicado para a superação de conflitos, construção da paz e fortalecimento da vida social baseada na justiça e no respeito aos direitos de todos.
84. A Igreja católica, nesse ambiente plural da sociedade, busca participar ativamente dos debates das questões mais relevantes. Por meio da CNBB, ela apresenta seus pontos de vista com Notas e pronunciamentos à sociedade, acolhe grupos dos mais diversos para ouvir pontos de vista contraditórios, e integra movimentos com representantes de diversas instituições. Questões relativas à defesa da vida, tocando em temas como os do aborto, da eutanásia, da manipulação de embriões e outros, são acompanhadas e articuladas pelos membros da Comissão para a Vida. Este procedimento também ocorre em dioceses e paróquias.

4.2. A Reforma Política e a participação popular

85. O Brasil, após a redemocratização na década de 1980, consolidou um processo democrático com participação em partidos e outras instituições da sociedade civil. Mas, este processo sofre sistematicamente com a corrupção, uma das principais preocupações das pessoas. O reflexo dessa situação pode ser notado no declínio da confiança nas instituições políticas e na administração dos governos, na condenação e na prisão de dirigentes e lideranças governamentais e partidárias.

52 Cf. CNBB. Documento – 100. n. 24.

53 Cf. CNBB. Documento – 94. n. 8.

86. O combate à corrupção requer na base a formação moral e ética das pessoas e o aprimoramento do processo político para coibir tais abusos. Como promover o exercício da política e dos governos em benefício dos cidadãos e do bem comum? A despeito de todos os esforços empenhados e do vigor mostrado pelas manifestações nas ruas em todo o país, os resultados concretos foram limitados e ainda não aconteceu uma efetiva reforma política e social.⁵⁴
87. Diante dessa situação, é animador perceber que um instrumento como a Lei da “Ficha Limpa” impediu, no pleito de 2014, a candidatura de políticos condenados, inclusive entre os acostumados a expressivas votações. A Igreja se alegra pela sua participação ativa, com outras entidades da sociedade, em todo o processo que resultou na promulgação desta Lei de Iniciativa Popular.
88. O aprimoramento do processo político e a qualificação dos políticos e dos partidos requerem o empenho e a participação dos cidadãos conscientes, e, por isso, dos cristãos. Os debates e mobilizações conduzem a ações concretas, e poderão traduzir-se em uma reforma política abrangente. “A luta pela reforma política é a maneira de os cristãos se colocarem contra o difuso sentimento de decepção e descrença na política institucional que paira na sociedade.”⁵⁵

4.3. As redes de comunicação

89. As atuais práticas de comunicação pela Internet, pelos celulares, *tablets* e computadores pessoais permitem novas formas de sociabilidade e de conhecimento. Apesar do risco de um “mau uso”, esses meios aproximam pessoas e mundos, instauram novas formas de organização e criam novas comunidades e sentimentos de pertença. As manifestações sociais ocorridas recentemente em diversas partes do mundo e no Brasil evidenciaram o papel destas novas mídias, seja na convocação para a ação, seja na difusão de notícias e ideias.

54 Cf. CNBB. Coleção Pensando o Brasil. *Desafios Diante das Eleições 2014*. Brasília: Edições CNBB, p. 16.

55 Idem. p. 17.

90. No entanto, a grande quantidade de informações hoje disponível nesses meios de comunicação pode levar à fragmentação e ao enfraquecimento da capacidade de discernimento relativa às questões ético-morais.⁵⁶ Permite vencer o monopólio do saber e evitar que se ocultem as verdades incômodas. Possibilita também às pessoas assumirem e construírem uma visão de mundo, em um contexto plural e complexo. O mau uso não invalida o bem que estes meios proporcionam à sociedade e à própria Igreja.
91. Contudo, há que considerar os riscos da interação virtual, frágeis e superficiais, muitas vezes. As formas de comunicação e de interação presenciais devem ser valorizadas. A relação “face a face” possibilita um compartilhamento significativo e gerador de compromissos. As relações éticas se vivenciam por meio de uma autêntica alteridade, do encontro com o outro e com suas interpelações. É preciso proporcionar à “geração hiperconectada” a possibilidade de conexões pessoais duradouras e resistentes às crises.⁵⁷
92. A Igreja se alegra por ver inúmeros leigos participarem ativamente desse meio, procurando testemunhar Jesus Cristo, com presença em muitos dos debates que ocorrem nas redes sociais. E, reconhece que as comunidades em redes digitais complementam e fortalecem as comunidades presenciais.⁵⁸ A Igreja também está presente nos meios de comunicação com emissoras de TV e rede de Rádios.

4.4. A racionalidade científica ou instrumental

93. A corrente de pensamento chamada iluminismo propunha aos homens e mulheres guiarem-se exclusivamente pela racionalidade. Ao negar qualquer possibilidade de transcendência, produziu-se deformação ética, enfraquecimento do sentido do pecado pessoal e social, e aumento do relativismo.⁵⁹

56 Cf. PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. n. 62.

57 Cf. CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2008. n. 489.

58 CNBB. Documento – 99. *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil*. Brasília: Edições CNBB, 2014. n. 183.

59 PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. n. 64.

94. A razão, na vertente científica ou instrumental, reduz a realidade ao mundo sensível e compreende o método experimental como único capaz de produzir conhecimento. Essa razão está a serviço do modo de produção do modelo econômico vigente na sociedade atual, e se mantém insensível às problemáticas humanas e sociais.
95. Esta proposição reduz o indivíduo à dimensão racional-científica, o que implica na negação da subjetividade e da transcendência. A afetividade, as artes, a mística e a espiritualidade devem ser dominadas pela razão. Tudo aquilo que não é submetido à razão ou que não cabe nas suas estreitas margens deveria ser posto de lado. Com esta premissa, o processo civilizatório foi compreendido na perspectiva laicista, não religiosa. Cabe recordar o grande apelo de São João Paulo II, na Encíclica *Fides et Ratio*,⁶⁰ à descoberta de que não há oposição entre fé e razão e que ambas requerem-se mutuamente.
96. Esta cultura promoveu a liberdade, mas também a opressão e a dominação com seus excessos, e provocou uma crise na cultura moderna, e desconfiança na capacidade da própria razão como apregoada acima. Como decorrência, houve desprestígio da razão, e consequente movimento de desconstrução dos pressupostos da modernidade, com exacerbação do emocional e da subjetividade. Para exemplificar, do “penso, logo existo” cartesiano, passou-se ao “sinto, logo existo”. Seguindo a lógica da racionalidade em questão, só as sensações são consideradas critérios de verdade, mesmo as subjetivas, e não se admite instância objetiva para submetê-las à crítica.
97. Esta nova situação torna-se campo fértil para o aparecimento de algumas expressões culturais. Muitas deles acompanhadas de formas radicais de relativismos e ou fundamentalismos, acentuando ainda mais a crise da Modernidade. Diante das sérias desconfianças à capacidade da razão, movida pela fé, a Igreja continua a defender e a propor sua capacidade de chegar ao conhecimento certo e benéfico para a sociedade e para todas as pessoas.⁶¹

60 Cf. PAPA JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Fides et Ratio*. São Paulo: Edições Paulinas, 1998. n. 17.

61 Cf. Idem, n. 33.

4.5. O laicismo e a laicidade

98. A partir do Século XVIII, com a progressiva constituição dos Estados Modernos e da Modernidade, foi se consolidando e institucionalizando o conceito de laicidade como algo inerente ao Estado Democrático de Direito.⁶² A doutrina da laicidade propõe ao Estado não optar por uma religião oficial, para se constituir com o perfil laico e não religioso confessional, e resguardar o governo e a sociedade de possíveis fundamentalismos religiosos.
99. Com a doutrina da laicidade quer-se a constituição de um Estado sem interferência de uma religião específica, para garantir a liberdade religiosa e o sadio pluralismo. Este conceito nem sempre foi bem compreendido por certos grupos políticos ou religiosos, gerando enormes resistências que desfiguram a proposta da laicidade do Estado, como o laicismo, uma ideologia antirreligiosa militante.
100. O laicismo na sociedade brasileira, por exemplo, hostiliza qualquer forma de relevância política da fé e procura desqualificar o empenho social e político das religiões. Não cabe às Igrejas e a qualquer outra instituição religiosa definir e determinar os destinos da sociedade, como apregoa a doutrina. Mas o direito de manifestação e intervenção, com a exposição de suas doutrinas e posicionamentos éticos, em favor da dignidade humana e da justiça social.⁶³
101. A Igreja reconhece a laicidade, não tem pretensões de influir no poder para impor suas ideias e doutrinas. Por isso, não tem partido nem apoia nenhum partido. Sua participação na sociedade se caracteriza pelo fomento de valores em prol da vida, da dignidade das pessoas e do bem comum, a partir de Jesus Cristo. É o seu modo de servir. Ela repudia com veemência a proposição do laicismo, pelo preconceito contra a religião, em particular contra o catolicismo, e a incompreensão das raízes religiosas presentes na história e no

62 Entre os franceses esta doutrina nega o direito à religião de participar dos debates da sociedade. Na Alemanha a laicidade não assumiu esta perspectiva. Cf. MIRANDA, M. F. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 69.

63 Cf. CELAM. *Documento de Aparecida*. n. 99, 100 e 479.

povo brasileiro. A atuação do cristão na política é uma das exigências de sua missão de testemunhar o Evangelho na vida.

4.6. A cultura do descartável

102. Esta forma de cultura moderna e materialista distancia as pessoas dos valores éticos e espirituais. Impulsionada por estruturas sociais e econômicas, ela tende a transformar as pessoas em puros consumidores, estimulando-as a uma busca constante de satisfações de demandas que o próprio mercado propõe.
103. Na sociedade de mercado, tudo é passível de ser instrumentalizado, tornado objeto de satisfação do sujeito. Uma vez usado, o objeto é descartado, não tem mais nenhum valor. Este processo de objetivação não ocorre somente com as coisas, mas também com as próprias pessoas. Forma-se assim uma cultura do descartável, denunciada pelo Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*:

O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do “descartável”, que, aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são explorados, mas resíduos, sobras.⁶⁴

104. A Igreja no Brasil tem histórico de denúncia deste processo na sociedade em que as pessoas são vistas apenas sob o prisma da produção e do consumo. Quando não se prestam a estas funções, tendem a ser descartadas e *vão compor a massa sobranante* da sociedade. A Igreja, a partir da consideração da situação dos pobres, vem denunciando este sistema injusto que marginaliza grande quantidade de irmãos e irmãs.

64 PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. n. 53.

4.7. Sinais de novos tempos

105. Em contraposição à cultura do descartável, do relativismo e do materialismo, encontram-se também os sinais da formação de uma nova cultura em muitos homens e mulheres, crentes ou não, que se empenham em construir uma cultura que permita uma maior realização humana, que respeite e ajude a desenvolver a pluridimensionalidade da pessoa humana, sua autonomia e abertura ao outro e a Deus.
106. Esta cultura é marcada pelo respeito à consciência de cada um, pela tolerância e abertura à diferença e multiculturalidade, pela solidariedade com todo o criado, pela rejeição das injustiças e por uma nova sensibilidade para com os pobres. Os desafios ambientais e sociais suscitam a busca de soluções concretas para a construção de uma sociedade mais harmônica e sustentável, baseada no respeito aos direitos humanos e no compromisso com as gerações atuais e futuras.
107. Também a responsabilidade em relação a todas as formas de vida se faz presente em muitas pessoas, traduzindo-se na criação dos mais diversos, e até contraditórios, movimentos sociais e associações em defesa dos direitos da “Mãe Terra” e dos seres vivos. Perante essa diversidade, é oportuno recordar que a Igreja contribui para esse debate fundamental na sociedade com a proposta de uma ecologia humana. A intenção é integrar o respeito à sã convivência na sociedade com o bom relacionamento com a natureza.⁶⁵
108. Uma parte das novas gerações, movida pela esperança e pelo desejo de construir um mundo melhor, não aceita a indiferença, a violência e a exclusão. Esse movimento busca construir sínteses novas e criativas entre razão e sensibilidade, indivíduo e comunidade, global e local.

65 PAPA BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*. Brasília: Edições CNBB, 2009. n. 51.

4.8. Esperança diante dos desafios

109. O Papa Francisco exortou todos os cristãos a não assumirem uma posição pessimista diante das dificuldades presentes, nem uma posição meramente reativa ou pior, de resistência e isolamento. Ele os chamou a unir forças com os homens e mulheres de boa vontade que desejam ser construtores do desenvolvimento humano integral:

O individualismo pós-moderno e globalizado favorece um estilo de vida que debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares. A ação pastoral deve mostrar ainda melhor que a relação com o nosso Pai exige e incentiva uma comunhão que cura, promove e fortalece os vínculos interpessoais. Enquanto no mundo, especialmente nalguns países, se reacendem várias formas de guerras e conflitos, nós, cristãos, insistimos na proposta de reconhecer o outro, de curar as feridas, de construir pontes, de estreitar laços e de nos ajudarmos “a carregar as cargas uns dos outros” (Gl 6,2).⁶⁶

110. A complexidade dos processos sociais tem sua origem nas intensas transformações vividas nos últimos anos pela sociedade brasileira. Os limites efetivos dos chamados e documentos eclesiais para alterar tais fenômenos sociais são evidentes. Os desafios colocados às relações entre Igreja e sociedade assumiram no Brasil características próprias, revelando novas temáticas, com uma natureza tão dinâmica que as análises sociais, econômicas ou culturais simplistas não conseguem propor respostas adequadas aos desafios dessa realidade, quanto mais modificá-los.⁶⁷

111. Face a essa situação, é preciso sensibilidade maior e um aprofundamento das questões sociais, numa visão integradora. A Igreja, partindo de Jesus Cristo, propõe-se a servir, nesse contexto desafiador, com uma mensagem salvadora que cura feridas, ilumina e descortina um horizonte para além dessas realidades.

66 PAPA FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*. n. 67.

67 Cf. CNBB. Documento – 94. n. 21-24.

Ao chegar ao coração de cada homem e de cada mulher, a Boa Nova e a esperança da Ressurreição podem mostrar-lhes quanto são amados por Deus e capazes de contribuir para criar uma nova e renovada humanidade.

SEGUNDA PARTE

1. A relação Igreja – sociedade à luz da palavra de Deus

112. As Sagradas Escrituras revelam que Deus é um criador amoroso. Ele viu que toda a realidade criada é boa em si mesma e desejou que o mundo fosse um lugar de harmonia e paz (cf. Gn 1,31).
113. Na história humana, o afastamento de Deus e a escolha pelo mal são os pecados que causaram um profundo desequilíbrio no interior dos seres humanos e na própria natureza criada (cf. Gn 3,14-17). Morte, violência, guerras, conflitos, mentiras e sofrimentos são consequências da desarmonia gerada pela opção humana (cf. Gn 4,10-14).
114. As Escrituras testemunham a fidelidade de Deus a seu amor pelos seres humanos, com suas intervenções na história e propostas de alianças com os homens e mulheres. Chamou Abraão e lhe fez uma promessa que se estendia à sua descendência: “Em ti serão abençoadas todas as famílias da terra” (Gn 12,3).

1.1. O povo de Israel, chamado a ser sinal para todos

115. Quando, pela necessidade de sobrevivência por causa da fome, os filhos de Abraão se tornam escravos no Egito, Deus, fiel à promessa feita, os libertou, tendo Moisés e o próprio povo como protagonistas da história de libertação. E puderam seguir em busca de um novo lugar e modo de viver em liberdade.
116. Com a libertação do Egito, Deus propõe as bases de uma nova sociedade a ser construída. As Escrituras sagradas narram Deus celebrando aliança com os filhos de Abraão, que fez, dos libertos do Egito, o Povo de Deus. A aliança celebrada tinha também

implicação nas relações entre os membros daquele povo. Um modo fraterno de viver e uma estruturação social justa deveriam torná-lo sinal para os demais povos, pois tinham o conhecimento da Lei do Deus da vida (cf. Ex 20,1-17).

117. O povo de Israel, na sua caminhada pelo deserto, fez a experiência de uma sociedade que atendia às necessidades básicas de todos. O maná foi dado para suprir as necessidades, não para a acumulação (cf. Ex 16,16); a liderança de Moisés era partilhada para servir melhor o povo (cf. Ex 18,24-27).
118. A aliança e os mandamentos inspiraram algumas instituições para preservar o caráter solidário e fraterno do povo de Israel. O ano sabático, instituído para o descanso das pessoas e da terra, gerava solidariedade para com os pobres (cf. Ex 23,10-13); o ano jubilar propunha o retorno das terras aos donos originários (cf. Lv 25,12-13), e o resgate de trabalhadores em regime de servidão por dívida (cf. Lv 25,35-54).
119. A caminhada deste povo para a terra prometida foi dura. Lá chegando, deveria viver a partir das inspirações da Aliança, dos mandamentos e de instituições como as indicadas. Mas, a exemplo dos povos vizinhos, pede um rei, opta pela monarquia, sistema que se afastava do projeto de Deus. O profeta Samuel alertou para os riscos dessa escolha, ao falar a Israel sobre os direitos do rei na exploração do trabalho para si, na tomada de terras e na convocação de homens, para a guerra, e de mulheres, para seus serviços (cf. 1Sm 8,10-18).
120. Samuel tinha razão. A frase “fez o que era mau aos olhos do Senhor” (1Rs 16,25) é repetida pelos profetas quando avaliam o procedimento dos reis de Israel. Retrata a distorção do projeto de uma sociedade justa e fraterna, onde fosse defendida a causa dos mais pobres. “Ai dos pastores de Israel que apascentam a si mesmos! Não são os pastores que devem apascentar as ovelhas” (Ez 34,2)?
121. Os projetos dos reis, desvinculados daquele oriundo de Deus, geraram injustiças na sociedade de Israel que a desestruturaram.

Israel foi presa fácil do expansionismo babilônico, retornando à condição de escravo de outro povo. Mas Deus não abandonou o povo com o qual celebrou aliança.

1.2. O exílio e a relação de Israel com as nações gentias

122. O exílio provocou profunda crise no povo de Israel. Houve confronto de sua história, tradição e fé com a de um império em seu resplendor. O exílio trouxe dispersão do povo de Israel em meio às nações gentias, e ele se viu diante de duas alternativas: o exclusivismo nacionalista, fechado ao outro, e o risco da perda da identidade num mundo marcado pela pluralidade.

123. No contato com outros povos, Israel compreendeu que a eleição amorosa da parte de Deus também era tarefa e responsabilidade: “Eu, o Senhor, te chamei para o serviço da justiça, tomei-te pela mão e te modelei; eu te constituí como aliança do povo, como luz das nações” (Is 42,6). Ficou mais claro o significado do chamado a ser luz para as nações.

124. Os profetas falaram com clareza que não basta orar, oferecer sacrifícios para agradar a Deus:

Parai de fazer o mal, aprendei a fazer o bem, buscai o que é correto, defendei o direito do oprimido, fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva. Depois, vinde, podemos discutir – diz o Senhor. Se vossos pecados forem vermelhos como escarlate, ficarão brancos como a neve (Is 1,16-18).

Acaso o jejum que eu prefiro não será isto: soltar as cadeias injustas; desamarrar as cordas do jugo; deixar livres os oprimidos, acabar com toda espécie de imposição (Is 58,6)?

Já te foi indicado, ó homem, o que é bom, o que o Senhor exige de ti. É só praticar o direito, amar a misericórdia e caminhar humildemente com teu Deus (Mq 6,8).

125. A religião precisa expressar-se com sinceridade no serviço aos outros, como na construção da vida social que gere vida a todos.

Agrada a Deus uma sociedade fundada na justiça, que ampara os necessitados, e não cultos, oferendas, sacrifícios desvinculados de tais práticas. Os israelitas compreenderam que o desvio da Aliança fragilizou os seus laços sociais e sucumbiram facilmente ao poderio babilônico.

1.3. Jesus e a organização social de seu tempo

126. No Novo Testamento, Deus leva à plenitude seu plano de salvação e libertação. Depois de ter falado muitas vezes pelos profetas e ter feito alianças com os homens e mulheres (cf. Hb 1), agora o próprio Deus se faz ser humano em Jesus Cristo (cf. Fl 2,7). Por meio de Jesus, chama os homens e mulheres a acolherem seu Reino de amor e justiça (cf. Mc 1,15), e a estabelecerem relações permeadas pela justiça.
127. Jesus realizou sua missão em meio aos problemas e injustiças da sociedade do seu tempo, e propunha um novo modo de viver. Com suas ações, mostrou como deveria se caracterizar a vida dos homens e das mulheres no Reino de Deus. Ele colocou em primeiro lugar os pobres, os fragilizados, os excluídos.
128. Ele demonstrou amor e cuidado pelos pequenos e marginalizados do seu tempo: mulheres e crianças (Mc 10,13-16; 14,9; Lc 8,1-3); prostitutas (Mt 21,31; Lc 7,37); doentes (cegos, mudos, surdos, gogos, aleijados, encurvados, a mulher febril, a mulher com fluxo constante, leprosos e epiléticos) e endemoninhados (cf. Mc 1,32-34). Estes eram pobres: estavam nas periferias físicas e existenciais. Enquanto isso, autoridades religiosas foram censuradas por Jesus:

Amarram fardos pesados e insuportáveis e os põem nos ombros dos outros, mas eles mesmos não querem movê-los, nem sequer com um dedo” (Mt 23,4).

Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Fechais aos outros o Reino dos céus, mas vós mesmos não entraís, nem deixais entrar aqueles que o desejam (Mt 23,13) (...) Assim também vós: por fora, pareceis justos diante dos outros, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e injustiça (Mt 23,28).

129. O sofrimento do povo, sem o amparo daqueles que deveriam servi-lo, levava Jesus à compaixão: “Ao sair do barco, Jesus viu uma grande multidão e encheu-se de compaixão por eles, porque eram como ovelhas que não têm pastor. E começou, então, a ensinar-lhes muitas coisas” (Mc 6,34).

1.4. Jesus e a lógica do serviço

130. Jesus não se apresentou como quem queria prestígio, mas como servidor: “Vinde a mim todos os que estais cansados sob o peso do vosso fardo e eu vos darei descanso. Tomai sobre vós o meu jugo e sede discípulos meus, porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11, 28-29).

131. E valorizou os humildes: “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos” (Mt 11,25). Assim se expressou nas Bem-aventuranças: “Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos Céus” (Mt 5,3).

132. Os acostumados a ser tratados como importantes ficaram incomodados. Os sumos sacerdotes e os anciãos do povo, ao verem o que Ele fazia, perguntavam: “Com que autoridade fazes essas coisas? Quem te deu essa autoridade?” (Mt 21,23).

133. Jesus usou sua autoridade para servir. O serviço, assumido como lema na Campanha da Fraternidade deste ano: *Eu vim para servir* (cf. Mc 10,45) foi a resposta de Jesus quando os discípulos não compreenderem o que Ele anunciava, a ponto de se interrogarem sobre quem seria o maior entre eles (cf. Mc 9,32-34). Tiago e João lutam pelos primeiros lugares e os outros dez se enchem de ciúmes (cf. Mc 10,35-41). Essa foi uma ocasião propícia para Jesus oferecer uma verdadeira catequese acerca do poder como serviço (cf. Mc 8,34-35; 9,35-37). Jesus então os chamou e disse-lhes:

Sabeis que os que são considerados chefes das nações as dominam, e os seus grandes fazem sentir seu poder. Entre vós não deve ser assim. Quem quiser ser o maior entre vós seja aquele que vos serve, e quem quiser ser o primeiro entre vós seja o escravo de todos.

Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos (Mc 10,42-45).

134. Pela fala de Jesus, percebe-se que os próprios discípulos estavam tomados pela lógica de poder contrária aos valores do Reino anunciados por Jesus. Ele entendia e vivia o poder na perspectiva do amor, da entrega aos irmãos e irmãs. Ele expressou isso concretamente nas opções de sua vida, a ponto de oferecer sua própria vida pela humanidade.
135. Quando Jesus fez esse anúncio, Pedro não entendeu e ousou censurá-lo: “Deus não permita tal coisa, Senhor! Que isto nunca te aconteça!” (Mt 16,21-22). Jesus apontou outra direção, mostrando que o discípulo necessariamente deve seguir o Mestre. E o seguimento conduz à generosa entrega da vida em favor dos outros.
136. O serviço, nós o vemos expresso na última ceia, quando o evangelista apresenta o gesto do lava-pés. Durante a ceia, Pedro não queria permitir a Jesus lhe lavar os pés. Pedro disse: “Tu não me lavarás os pés nunca! Mas Jesus respondeu: ‘Se eu não te lavar, não terás parte comigo’” (Jo 13,8). Simão Pedro reagiu desta maneira porque considerava o Mestre muito importante para aquela função, reservada aos de menor importância em uma casa.
137. Para assumir a missão de Jesus, o discípulo precisa estar tomado pelo espírito de serviço. Nessa perspectiva, se compreendem também outras orientações sobre o discipulado e o serviço ao mundo: “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me! Pois, quem quiser salvar sua vida a perderá; mas quem perder sua vida por causa de mim e do Evangelho, a salvará” (Mc 8,35). Essa lógica de serviço coloca a religião como instrumento de construção de uma nova sociedade.

1.5. A Igreja nascente a serviço de uma sociedade reconciliada

138. Jesus confiou aos apóstolos a missão de construir o Reino de Deus no coração dos homens e mulheres deste mundo. Com a

morte e ressurreição de Jesus, Deus cumpriu sua promessa de enviar o Espírito Santo (At 2,1ss). Assim, receberam a força salvadora que impele os discípulos missionários de Jesus a anunciar este Reino e a chamar as nações a fazerem parte dele.

139. O Apóstolo Paulo, chamado por Jesus no caminho de Damasco (Atos 9), tornou-se um ativo missionário e evangelizador, levando a muitas cidades a mensagem do Reino de Deus. A vida e a obra de Paulo, pastor e missionário, se inseriram no mesmo horizonte de Jesus. Ele anunciava que Jesus

(...) existindo em forma divina, não se apegou ao ser igual a Deus, mas despojou-se, assumindo a forma de escravo e tornando-se semelhante ao ser humano. E, encontrado em aspecto humano, humilhou-se, fazendo-se obediente até a morte – e morte de cruz! Por isso, Deus o exaltou acima de tudo e lhe deu o Nome que está acima de todo nome (...). “Jesus Cristo é o Senhor”, para a glória de Deus Pai (Fl 2,6-9.11).

140. Paulo foi um missionário eminentemente urbano. Ele criou uma rede de comunidades eclesiais e de colaboradores e colaboradoras nas periferias de grandes cidades do Império Romano, especialmente Antioquia da Síria, Corinto, Éfeso e Roma. Para ele, a força do Crucificado-Ressuscitado determina o ser e o agir dos seus seguidores: “Portanto, se alguém está em Cristo, é criatura nova. O que era antigo passou, agora tudo é novo” (2Cor 5,17; cf. Gl 6,15).
141. Esse ‘novo’ inclui a lógica do serviço. O seguimento de Jesus se alimentava da tradição de Israel, desse mesmo tronco e mesma seiva (Rm 11,16-24). Mas a tenda comum foi alargada e o apóstolo dos gentios foi proclamar o amor universal e inclusivo de Deus: “Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3,28).
142. Pelo serviço, os cristãos derrubam as barreiras que dividem a sociedade, pois: “Cristo é a nossa paz; de ambos os povos fez um só, tendo derrubado o muro da separação” (Ef 2,14). Cristo “veio anunciar a paz: paz para vós que estáveis longe e paz para os que estavam perto. É por ele que todos nós, judeus e pagãos, temos acesso ao Pai, num só Espírito” (Ef 2,17-18).

1.6. Igreja e sociedade: uma mensagem de esperança e vitória

143. No livro do Apocalipse, o plano de salvação de Deus se mostra mais forte que as forças do mal. Deus tem a última palavra, a Ele pertence a vitória contra as forças que se opõem ao bem.
144. Para aqueles que com Ele lutam contra o mal, para aqueles que fizerem o bem, é feita a promessa de uma Nova Jerusalém, a cidade onde seu projeto se realiza plenamente (cf. Ap 21,9-22,5). Lá não há choro, violência e injustiça. As portas nunca se fecham, mas todos estão em segurança. É um novo tipo de sociedade, orientada pelos valores do Reino de Deus, presente em tudo e em todos.
145. Nos capítulos anteriores, o autor do Apocalipse, por meio de imagens profundamente evocativas, havia delineado um quadro bastante negativo e pessimista para a humanidade: tragédias, a besta que sobe do mar (cf. Ap 13,1-10), a besta que sobe da terra, o falso profeta (cf. Ap 13,11-18) e Babilônia, a cidade prostituta (cf. Ap 17-18). Mas tudo isso é vencido. A mensagem do Apocalipse é de esperança e vitória. Na nova cidade há beleza, esplendor e santidade, um rio de água viva alimenta a vida por onde passa:

Ele mostrou-me um rio de água vivificante, o qual brilhava como cristal. O rio brotava do trono de Deus e do Cordeiro. No meio da praça e em ambas as margens do rio cresce a árvore da vida, frutificando doze vezes por ano, produzindo cada mês o seu fruto, e suas folhas servem para curar as nações. Já não haverá maldição alguma (Ap 22,1-3a).

146. A criação é reconciliada, a pessoa humana desenvolve-se integralmente, as relações desumanas e violentas são restauradas, o mundo se transforma:

Esta é a morada de Deus-com-os-homens. Ele vai morar junto deles. Eles serão o seu povo, e o próprio Deus-com-eles será seu Deus. Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos. A morte não existirá mais, e não haverá mais luto, nem grito, nem dor, porque as coisas anteriores passaram (Ap 21,3-4).

147. Esse é o final feliz da história humana, o projeto de Deus realizado. A Igreja, comunidade dos discípulos missionários, é convidada a fazer parte da construção desse novo mundo de justiça, fraternidade e paz, pelo testemunho de Jesus Cristo e serviço à sociedade.

2. A relação Igreja – sociedade à luz do magistério da Igreja

2.1. Igreja: comunidade dos seguidores de Jesus a serviço da sociedade

148. O significado da relação da Igreja com a sociedade vem explicitado no início da Constituição Apostólica *Gaudium et Spes*:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai e receberam a mensagem da salvação para comunicá-la a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história.⁶⁸

149. A missão da Igreja Católica é colocar à disposição do gênero humano as forças salvadoras que ela recebe de Cristo. Propõe salvar a pessoa humana integralmente e restaurar a sociedade humana no que se refere à sua finalidade mais autêntica: o desenvolvimento integral a partir do bem comum.⁶⁹ Os cristãos são anunciadores e agentes de uma nova ordem social: “a civilização do amor”, na expressão de Paulo VI.⁷⁰ Essa realidade que nasce

68 DOCUMENTO CONCILIAR. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. n. 1.

69 Cf. Idem. n. 3.

70 Cf. PAPA JOÃO PAULO II, *Mensagem pelo XXXIV Dia Mundial da Paz*. Roma, 01 Janeiro 2001. n. 10.

do encontro amoroso com uma Pessoa, que dá à vida um novo horizonte, e da partilha alegre deste dom.⁷¹

150. Para a Igreja, a sociedade humana foi criada por um desígnio amoroso de Deus Criador e está por Ele designada a alcançar sua própria realização: a vida plena no amor por meio da participação na vida divina.⁷²
151. O indivíduo humano possui uma natureza social. Ele não consegue por si só desenvolver suas capacidades sem a existência de relações intersubjetivas. O Concílio Ecumênico Vaticano II afirmou a “índole comunitária da família humana”, e reconheceu que, “entre os laços sociais necessários para o desenvolvimento do homem, alguns, como a família e a sociedade política, correspondem mais imediatamente à sua natureza íntima.”⁷³
152. A Igreja, “perita em humanidades”,⁷⁴ iluminada pela Palavra de Deus, reconhece a família e a sociedade política como indispensáveis ao progresso da humanidade. E quer cooperar para que sejam fundadas na verdade, construídas sobre a justiça e vivificadas pelo amor, a fim de que se desenvolvam na liberdade, encontrando um equilíbrio cada vez mais humano.⁷⁵
153. As relações da Igreja com a sociedade humana em geral são inerentes à sua própria natureza. Ela é a comunidade de homens e mulheres seguidores e seguidoras de Jesus Cristo, constituída por Ele com a missão de anunciar e testemunhar o Evangelho da salvação a toda a criatura (cf. Mc 16,15). Nesta compreensão, os padres do Concílio mostraram que a Igreja em sua missão deve dirigir-se a todas as pessoas.⁷⁶

71 Cf. PAPA BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus caritas est*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. n. 1; *ACTA APOSTOLICAE SEDIS* 98 (2006), 217.

72 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 2.

73 Idem. n. 25.

74 PAPA PAULO VI. *Alocução aos Representantes dos Estados*. Roma, 4 de Outubro de 1965. In, *Insegnamenti di Paolo VI*, vol. III (1965). p. 508.

75 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 26.

76 Cf. Idem. n. 2.

2.2. O anúncio do Evangelho nos modernos areópagos

154. A missão específica da Igreja é de cunho religioso, e não propriamente político, econômico ou social. Sua ação evangélica repercute na organização e no fortalecimento da comunidade humana, pois decorre da fé e da caridade vividas pelos cristãos, e não do uso de meios de coerção externa.⁷⁷
155. Por não se prender a nenhum sistema político, econômico ou social, a Igreja consegue maior alcance universal em sua ação, podendo unir mais comunidades e nações.⁷⁸ Ela, contudo, não apenas colabora com a sociedade, mas também é *ajudada* pela sociedade. De fato, ela “está firmemente persuadida de que pode receber preciosa e diversificada ajuda do mundo, não só dos homens em particular, mas também da sociedade”.⁷⁹
156. Esses dois aspectos se tornam referência tanto para a valorização das realidades terrestres – o trabalho, a ciência, a política, a economia, as relações internacionais etc. – quanto para o diálogo atento da Igreja com a sociedade. Com sua compreensão da missão e natureza da Igreja, segundo o Concílio Ecumênico Vaticano II, possibilitou uma inserção diferente e equilibrada dos cristãos na realidade social.
157. A expressão “sinais dos tempos”, baseada nos evangelhos (cf. Mt 16,4; Lc 12,54-56), foi empregada por São João XXIII na convocação do Concílio e amplamente pelos seus documentos. Ela indica que a Igreja, em sua missão de anunciar o Cristo, necessita conhecer e preparar o terreno onde lançar a semente do Evangelho, deve estar atenta à realidade e suas mudanças, suas inquietações e seus clamores.⁸⁰

77 Cf. Idem. n. 42.

78 Cf. Idem. n. 42.

79 Idem. n. 40.

80 Cf. DOCUMENTOS CONCILIARES. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 4, 11, 44; cf. tb. *Decreto Presbyterorum Ordinis*. n. 9; *Decreto Unitatis Redintegratio*. n. 4; *Decreto Apostolicam Actuositatem*. n. 14; *Declaração Dignitatis Humanae*. n.15.

158. São João XXIII usou a expressão “sinais dos tempos” para mostrar a relevância dos pobres, das mulheres e dos operários na sociedade de seu tempo, interpelando os cristãos a ouvi-los e a dar-lhes vez e voz. Os sinais dos tempos têm uma conotação pastoral, que aponta para a urgência da ação da comunidade cristã. Mas têm também uma conotação teológica, uma vez que através deles Deus interpela os cristãos a uma relação especial com ele e com seus apelos. O Concílio ensina, assim, a estar atentos aos grandes desafios que o mundo põe à ação da Igreja.
159. São João Paulo II cunhou a expressão “modernos aerópagos”,⁸¹ em referência ao apóstolo Paulo que, no areópago de Atenas (cf. At 17,16-34), anunciou com audácia a ressurreição de Jesus Cristo, mesmo correndo o risco da rejeição. Com esta expressão, o Papa aponta para novos areópagos onde os cristãos devem fazer-se presentes para anunciar o Evangelho, o mundo das comunicações sociais, a busca pela paz entre as nações, o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo o das minorias, a promoção da mulher, do jovem e da criança, a proteção da natureza e outros.
160. No processo de anúncio e de inculturação do Evangelho, é imprescindível levar em conta os desafios ou apelos de cada tempo e espaço. Esses desafios podem ser de ordem interna e referir-se às instâncias da própria Igreja, na qual podem encontrar-se forças e fraquezas; ou de ordem externa, referentes às instâncias da sociedade, em que podem encontrar-se oportunidades e ameaças. No diálogo com a sociedade, a Igreja não pode desconsiderar os grandes desafios, que têm a ver com a obra evangelizadora do anúncio do Reino de justiça e solidariedade.

81 PAPA JOAO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Missio*. São Paulo : Paulinas, 1991. n. 37.

2.3. Opção pelo ser humano e preferencialmente pelos pobres

161. O Concílio Ecumênico Vaticano II indicou o caminho de servir a Deus servindo o ser humano. Cada homem, cada mulher é amado e amada por Deus até o fim, até a morte de seu próprio Filho na cruz. É por isso que, na ação evangelizadora, a Igreja opta pelo ser humano como seu caminho.⁸² Daí seu interesse e engajamento na defesa da dignidade e dos direitos humanos.
162. O sinal do aprofundamento da relação entre Igreja e o ser humano está na transição de uma Igreja comprometida com o poder para uma Igreja solidária com os pobres. Com efeito, é no mundo da pobreza que está a novidade do cristianismo, como força e poder de Deus em favor da salvação da humanidade.
163. O Concílio indicou a necessidade de aproximar a Igreja dos pobres. Não apenas no sentido de solidariedade e compaixão, como sempre o fizera nos séculos passados, mas também no sentido de uma real identificação entre Igreja e pobres. Os fiéis seguem seu Senhor que se fez pobre, não buscam as glórias terrenas, mas a humildade e a abnegação.⁸³
164. O Concílio também reconhece que a “maior parte do mundo ainda se debate em tão grande penúria que o próprio Cristo, nos pobres, como que em alta voz clama pela caridade de seus discípulos”;⁸⁴ e denuncia que “a corrida armamentista é a praga mais grave da humanidade, que lesa intoleravelmente os pobres”.⁸⁵
165. Embora o tema da pobreza e dos pobres esteja posto na *Gaudium et Spes* e em todo o Concílio apenas de forma germinal, ele oferece uma perspectiva totalmente nova para o entendimento da relação da Igreja com a sociedade. Ela não se põe mais a serviço dos poderosos,

82 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 3; cf. tb. PAPA JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Redemptor Hominis*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. n. 14.

83 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. n. 8.

84 DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 88.

85 Idem. n. 81.

mas dos pobres de Cristo. O magistério episcopal latino-americano afirmou a opção pelos pobres como o centro de sua percepção da realidade da Igreja como mistério de comunhão e missão.

166. As Conferências Latino-Americana e Caribenha, desde Medellín até Aparecida, assumem de modo prático a opção pelos pobres, conforme a proposta do Documento de Aparecida:

Quantas vezes os pobres e os que sofrem realmente nos evangelizam! No reconhecimento desta presença e proximidade e na defesa dos direitos dos excluídos encontra-se a fidelidade da Igreja a Jesus Cristo. O encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé em Jesus Cristo. Da contemplação do rosto sofredor de Cristo neles e do encontro com Ele nos aflitos e marginalizados, cuja imensa dignidade Ele mesmo nos revela, surge nossa opção por eles. A mesma união a Jesus Cristo é a que nos faz amigos dos pobres e solidários com seu destino.⁸⁶

167. São João Paulo II alçou a opção pelos pobres à categoria de critério de seguimento de Cristo para a Igreja em todo o mundo.⁸⁷ O papa Bento XVI a elevou à categoria teológica ao dizer que “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza.”⁸⁸

168. O papa Francisco propôs no início de seu pontificado o empenho por “uma Igreja pobre e para os pobres.”⁸⁹ E disse no lançamento da Campanha Mundial Contra a Fome e a Pobreza, a cargo da Caritas:

Estamos diante do escândalo mundial de cerca de mil milhões – mil milhões! – de pessoas que ainda hoje passam fome. Não podemos virar as costas e fazer de conta que isto não existe. O alimento que o mundo tem à disposição pode saciar a todos.

86 CELAM. *Documento de Aparecida*. n. 257.

87 Cf. PAPA JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica Novo Millenio Ineunte*. São Paulo: Edições Paulinas, 2001. n. 49

88 CELAM. *Documento de Aparecida*. n. 392.

89 Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/518498-quero-uma-igreja-pobre-para-os-pobres>. Acesso em: 23/05/2014.

Convido todas as instituições do mundo, toda a Igreja e cada um de nós, como uma única família humana, a dar voz a todas as pessoas que passam fome silenciosamente, a fim de que esta voz se torne um grito que possa sacudir o mundo.

Esta campanha quer ser também um convite a todos nós para sermos mais conscientes de nosso regime alimentar, que muitas vezes comporta desperdício de comida e má-utilização dos recursos de que dispomos.

Ela é também uma exortação a pararmos de pensar que os nossos gestos cotidianos não têm impacto na vida de quem – seja perto, seja longe de nós – sofre a fome na própria pele.

Peço-lhes, com todo o coração, que ajudem a nossa Caritas nesta nobre Campanha, agindo como uma única família que se empenha em garantir o alimento para todos.⁹⁰

2.4. A missão eclesial exige uma conversão pastoral

169. Recentemente, o Papa Francisco convidou todos os católicos a reconhecerem a natureza missionária, cuja ação deve ser o “paradigma de toda a obra da Igreja”. Com este intuito, o Papa lembrava a proposição dos Bispos da América Latina e do Caribe, que exortaram a Igreja latino-americana a passar de uma “pastoral de conservação a uma pastoral decididamente missionária”.⁹¹ É importante trazer à discussão este tema, já que procura explicitar a natureza da missão da Igreja, para se evitar o risco de que em suas relações com a sociedade, a Igreja se torne ou se compreenda simplesmente como uma “ONG sociocaritativa”.⁹²

90 Cf. http://pt.radiovaticana.va/news/2013/12/10/uma_%C3%BAnica_fam%C3%ADlia,_comida_para_todos_-_caritas_internationalis_lan%C3%A7a/por-754402. Acesso em: 05/09/2014.

91 PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n. 15; CELAM. *Documento de Aparecida*. n. 370.

92 PAPA FRANCISCO. *Homilia na Santa Missa com os Cardeais, na Capela Sistina por ocasião da conclusão do Conclave*. Roma, 14 de março de 2013 (in www.vatican.va).

170. A natureza e finalidade da Igreja é de ordem religiosa.⁹³ Mesmo se a dimensão religiosa incide sobre o político, o social e o econômico, ela não se resume a essas instâncias, mas as ultrapassa, pois “a pessoa humana, em si mesma e na sua vocação, transcende o horizonte do universo criado, da sociedade e da história: o seu fim último é o próprio Deus”.⁹⁴

171. Neste sentido, o Papa Francisco alerta sobre a necessidade de “confessar a Jesus como Senhor”, e fala da intimidade itinerante e comunhão que os fiéis devem ter com Ele. Isso faz com que a Igreja seja uma forma de comunhão missionária, uma comunidade evangelizadora.⁹⁵

172. É preciso uma “conversão eclesial” para que a Igreja possa caminhar na fidelidade de sua natureza e missão, no autêntico segmento de seu Mestre:

O Concílio Vaticano II apresentou a conversão eclesial como a abertura a uma reforma permanente de si mesma por fidelidade a Jesus Cristo: “Toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa maior fidelidade à própria vocação. (...) A Igreja peregrina é chamada por Cristo a esta reforma perene. Como instituição humana e terrena, a Igreja necessita perpetuamente desta reforma.”⁹⁶

173. Não obstante a finalidade da Igreja ser de ordem religiosa, a própria missão da Igreja, que evangeliza, possui essencialmente uma dimensão social: no próprio coração do Evangelho, aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade.⁹⁷ O Papa Bento XVI afirmou que o serviço da caridade é uma dimensão constitutiva da missão da Igreja e expressão irrenunciável da sua própria essência.⁹⁸

93 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 42.

94 COMPÊNDIO da DOCTRINA SOCIAL da IGREJA. n. 47.

95 Cf. PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. n. 23-24.

96 *Idem*. n. 26.

97 Cf. *Idem*. n. 176-177.

98 Cf. PAPA BENTO XVI. *Carta Apostólica em forma de motu próprio Intima Ecclesiae Natura*. Roma, 11 de novembro de 2012. Cf. *ACTA APOSTOLICAE SEDIS*. n. 104 (2012), 996.

174. É oportuno recordar a mensagem dos Bispos na Conferência de Aparecida, destacando que os discípulos missionários de Jesus Cristo, a partir de uma verdadeira “conversão pastoral” aos valores do Reino de Deus, devem ter uma ação concreta e eficaz na sociedade:

(...) leva-nos a assumir evangelicamente, e a partir da perspectiva do Reino, as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano, e a trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano. O amor de misericórdia para com todos os que veem vulnerada sua vida em qualquer de suas dimensões, como bem nos mostra o Senhor em todos seus gestos de misericórdia, requer que socorramos as necessidades urgentes, ao mesmo tempo que colaboremos com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas nos âmbitos nacionais e internacionais. É urgente criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política na qual não haja iniquidade e onde haja possibilidade para todos. Igualmente, requerem-se novas estruturas que promovam uma autêntica convivência humana, que impeçam a prepotência de alguns e que facilitem o diálogo construtivo para os necessários consensos.⁹⁹

3. A relação Igreja – sociedade à luz da doutrina social

3.1. A pessoa humana, a sociedade e a subsidiariedade

175. A pessoa humana vive na sociedade. A sociedade não lhe é algo acessório, mas uma exigência da sua natureza. Graças ao contato com os demais, ao serviço mútuo e ao diálogo com os seus irmãos e irmãs, a pessoa desenvolve as suas capacidades, e assim responde à sua vocação.

99 CELAM. *Documento de Aparecida*. n. 384.

176. Para a Igreja, a sociedade é como um conjunto de pessoas vivendo de modo orgânico. Ela é uma espécie de “assembleia” ao mesmo tempo visível e espiritual. É uma sociedade que perdura no tempo: assume o passado e prepara o futuro.¹⁰⁰ Através dela, cada pessoa é constituída “herdeira”, recebe “talentos” que enriquecem a sua identidade e cujos frutos deve desenvolver. Com toda a razão, cada um é devedor de dedicação às comunidades. Cada comunidade define-se pelo fim a que tende e, por conseguinte, obedece a regras específicas. Mas a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais:

A subsidiariedade está entre as mais constantes e características diretrizes da doutrina social da Igreja, presente desde a primeira grande encíclica social. É impossível promover a dignidade da pessoa sem que se cuide da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais, em outras palavras, daquelas expressões agregativas de tipo econômico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional, político, às quais as pessoas dão vida espontaneamente e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social. É este o âmbito da sociedade civil, entendida como o conjunto das relações entre indivíduos e entre sociedades intermédias, que se realizam de forma originária e graças à ‘a subjetividade criativa do cidadão’. A rede destas relações inerva o tecido social e constitui a base de uma verdadeira comunidade de pessoas, tornando possível o reconhecimento de formas mais elevadas de sociabilidade.¹⁰¹

177. Em resumo, segundo o princípio da subsidiariedade,

(...) uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna duma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la, em caso de necessidade, e ajudá-la a coordenar a sua ação com a dos demais componentes sociais, com vista ao bem comum.¹⁰²

100 Cf. CATECISMO da IGREJA CATÓLICA. n. 1880.

101 COMPÊNDIO da DOCTRINA SOCIAL da IGREJA. n. 185. Cf. Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 14, 25. CATECISMO da IGREJA CATÓLICA. n. 1881.

102 CATECISMO da IGREJA CATÓLICA. n. 1883.

178. O princípio da subsidiariedade opõe-se a todas as formas de coletivismo e marca os limites da intervenção do Estado. Visa harmonizar as relações entre os indivíduos e as sociedades e tende a instaurar uma verdadeira ordem internacional. A sociedade é indispensável à realização da vocação humana.

3.2. A família: primeira escola das virtudes sociais

179. Nas relações da Igreja com a sociedade, é fundamental considerar com atenção redobrada uma das instituições sociais que mais corresponde à natureza humana: a família.

180. O Concílio viu a importância da família ao afirmar: “Entre os laços sociais, necessários para o desenvolvimento do homem, alguns, como a família e a sociedade política, correspondem mais imediatamente à sua natureza íntima; outros são antes frutos da sua livre vontade.”¹⁰³

181. Nesse sentido, há que se afirmar a primazia da família no contexto social e

(...) se afirmar a prioridade da família em relação à sociedade e ao Estado. A família, de fato, ao menos na sua função procriadora, é a condição mesma da sua existência. Nas outras funções a favor de cada um dos seus membros, ela precede, por importância e valor, as funções que a sociedade e o Estado também devem cumprir. A família, sujeito titular de direitos nativos e invioláveis, encontra a sua legitimação na natureza humana e não no reconhecimento do Estado. A família não é, portanto, para a sociedade e para o Estado; antes, a sociedade e o Estado são para a família. Todo modelo social que pretenda servir ao bem do homem não pode prescindir da centralidade e da responsabilidade social da família. A sociedade e o Estado, nas suas relações com a família, têm o dever de ater-se ao princípio de subsidiariedade. Em força de tal princípio, as autoridades públicas não devem subtrair à família aquelas tarefas que pode bem perfazer sozinha ou livremente

103 DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 25.

associada com outras famílias; por outro lado, as autoridades têm o dever de apoiar a família, assegurando-lhe todos os auxílios de que ela necessita para desempenhar de modo adequado todas as suas responsabilidades.¹⁰⁴

182. A Igreja, em seu Magistério, sempre dedicou profundo afeto e atenção para com a família, crendo com firme convicção que ela, fundada e vivificada pelo amor, é uma comunidade de pessoas: dos esposos, homem e mulher, dos pais e dos filhos, dos parentes. A sua primeira tarefa é a de viver fielmente a realidade da comunhão, num constante empenho por fazer crescer uma autêntica comunidade de pessoas. O amor é o princípio interior, a força permanente e a meta última de tal dever. Sem o amor, a família não é uma comunidade de pessoas; assim, “sem o amor, a família não pode viver, crescer e aperfeiçoar-se como comunidade de pessoas”.¹⁰⁵

183. Neste sentido, é preciso uma compreensão profunda do significado da sexualidade humana, que supere a cultura do “descartável” e do hedonismo presente de maneira tão contundente na sociedade atual. O Papa João Paulo II recorda este significado profundo, ao afirmar:

(...) a sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se doam um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos, não é em absoluto algo puramente biológico, mas diz respeito ao núcleo íntimo da pessoa humana como tal. Esta se realiza de maneira verdadeiramente humana, somente se é parte integral do amor com o qual homem e mulher se empenham totalmente um para com o outro até a morte. A doação física total seria falsa se não fosse sinal e fruto da doação pessoal total, na qual toda a pessoa, mesmo na sua dimensão temporal, está presente: se a pessoa se reservasse alguma coisa ou a possibilidade de decidir de modo diferente para o futuro, só por isto já não se doaria totalmente. Esta totalidade, pedida pelo amor conjugal, corresponde também às exigências

104 COMPÊNDIO da DOUTRINA SOCIAL da IGREJA, n. 214.

105 PAPA JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981. n. 18.

de uma fecundidade responsável, que, orientada como está para a geração de um ser humano, supera, por sua própria natureza, a ordem puramente biológica, e abarca um conjunto de valores pessoais, para cujo crescimento harmonioso é necessário o estável e concorde contributo dos pais. O ‘lugar’ único, que torna possível esta doação segundo a sua verdade total, é o matrimônio, ou seja, o pacto de amor conjugal ou escolha consciente e livre, com a qual o homem e a mulher recebem a comunidade íntima de vida e de amor, querida pelo próprio Deus, que só a esta luz manifesta o seu verdadeiro significado.¹⁰⁶

184. A família é a primeira escola dos valores sociais de que as sociedades têm necessidade. O direito-dever educativo dos pais é essencial, ligado como está à transmissão da vida humana:

O dever de educar mergulha as raízes na vocação primordial dos cônjuges à participação na obra criadora de Deus: gerando no amor e por amor uma nova pessoa, que traz em si a vocação ao crescimento e ao desenvolvimento, os pais assumem por isso mesmo o dever de ajudar eficazmente a viver uma vida plenamente humana.¹⁰⁷

185. O dever de educar é original e primário dos pais, pela relação de amor que subsiste entre pais e filhos, e não delegável totalmente a outros ou por outros usurpável.

186. Também é dever da sociedade garantir o direito das famílias fundadas no matrimônio entre o homem e a mulher, reconhecendo-as como as “células primárias da sociedade”. Nessas células, é possível a perpetuação da família humana, como instância indispensável ao desenvolvimento integral da pessoa humana. Assim, deve-se assegurar a sustentabilidade e proteção legal da família.¹⁰⁸

187. O Papa Francisco afirmou recentemente que a família, fundada no matrimônio entre o homem e a mulher, é um “centro de amor”. Nela deve reinar a lei do respeito e da comunhão, que deve

106 Idem. n. 11.

107 Idem. n. 36

108 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 52.

ser fortalecida a fim de que seja capaz de resistir ao ímpeto da manipulação e da dominação da parte dos “centros de poderes mundanos”. É no coração da família, diz o Papa, que a pessoa se integra com naturalidade e harmonia a um grupo humano, superando a falsa oposição entre o indivíduo e a sociedade.¹⁰⁹

3.3. O bem comum e o desenvolvimento da sociedade

188. Em conformidade com a natureza social do homem, o bem de cada um está relacionado com o bem comum. E este não pode definir-se senão referido à pessoa humana.
189. A Igreja compreende o bem comum como “o conjunto das condições sociais que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir a sua perfeição, do modo mais completo e adequado”.¹¹⁰ O bem comum interessa à vida de todos. Exige prudência da parte de cada um, sobretudo da parte de quem exerce a autoridade.
190. Na noção de bem comum incluem-se alguns elementos essenciais. Em primeiro lugar, o bem comum requer o respeito da pessoa. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. A sociedade humana deve empenhar-se em permitir, a cada um dos seus membros, realizar a própria vocação. De modo particular, o bem comum reside nas condições do exercício das liberdades indispensáveis à realização da vocação humana, como, por exemplo, o direito de agir segundo a reta norma da sua consciência, o direito à salvaguarda da vida pessoal e à justa liberdade, também em matéria religiosa.
191. Em segundo lugar, o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento da própria sociedade. O desenvolvimento é o

109 Cf. PAPA FRANCISCO. *Mensagem ao Congresso Latino-Americano de Pastoral Familiar*. Panamá, 04 a 09 de agosto 2014. In, w ww.vatican.va.

110 CATECISMO da IGREJA CATÓLICA. n. 1906.

resumo de todos os deveres sociais. Sem dúvida, à autoridade compete arbitrar, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares; mas deve tornar acessível a cada qual aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de constituir família e outros.

192. O bem comum implica a paz, a permanência e a segurança de uma ordem justa. Supõe, portanto, que a autoridade assegure, por meios honestos, a segurança da sociedade e dos seus membros. O bem comum está na base do direito à legítima defesa, pessoal e coletiva.
193. Se cada comunidade humana possui um bem comum que lhe permite reconhecer-se como tal, é na comunidade política que se encontra a sua realização mais completa. Compete ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade e dos cidadãos.

3.4. A comunidade política e o serviço ao bem comum

194. Para a Igreja, a comunidade política deve ter por objetivo o bem comum, isto é, o bem integral de todos os cidadãos e cidadãs: moradia, saúde, educação, lazer e liberdade religiosa.
195. As autoridades políticas existem somente para isso.¹¹¹ Não devem ocupar-se apenas com sua vida particular e profissional, mas, também, como cidadãos dotados de direitos e deveres, ultrapassar o âmbito de seu grupo em vista de toda a sociedade.
196. O bem comum é a única razão da existência da sociedade política e de sua estrutura jurídica. Os políticos necessitam de autoridade para realizar seu papel. É o povo quem delega essa autoridade. Enquanto fundamentada na “natureza humana”, a autoridade política corresponde “à ordem predeterminada por Deus”.¹¹²

111 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 74.

112 *Idem*.

197. O primeiro dado fundamental de toda a vida política é o respeito à liberdade de cada pessoa.
198. Vivemos em uma sociedade plural, marcada por diversas tradições, ideias, convicções; a Igreja prega e anuncia que só no respeito a cada pessoa humana pode ser atingida a paz social.
199. Todas as pessoas podem e devem criar associações, sindicatos, associações de bairro, grupos políticos e culturais, comunidades de fé, para poder emitir suas opiniões e colaborar na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Só assim poderão participar ativamente da vida e do governo do país.¹¹³
200. Esta vontade de maior participação provém da maior consciência da dignidade humana, e implica que o governo respeite os grupos intermediários na gestão da vida pública. A Igreja compreende que o regime democrático pode ser um meio lícito de construir o bem comum ao recomendar a participação de todos. Ela rejeita os regimes totalitários ou ditatoriais e reconhece a necessária diversidade dos partidos políticos.¹¹⁴

3.5. A participação na promoção da justiça social

201. A Igreja compreende a participação na vida social como um empenho voluntário e generoso da pessoa nas questões sociais.¹¹⁵ A participação na vida comunitária não é somente uma das maiores aspirações do cidadão, mas também uma das pilstras de todos os ordenamentos democráticos, além de ser uma das maiores garantias de permanência da democracia.¹¹⁶
202. É necessário que todos os cristãos e demais cidadãos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum. Este é um dever essencial à dignidade da pessoa humana. A participação realiza-se, primeiro,

113 Cf. Idem, n. 73.

114 Cf. Idem, n. 75.

115 Cf. CATECISMO da IGREJA CATÓLICA. n. 1913.

116 Cf. COMPÊNDIO da DOCTRINA SOCIAL da IGREJA. n.190.

ao encarregar-se alguém dos setores dos quais assume a responsabilidade pessoal: pelo cuidado que põe na educação da família, pela consciência com que realiza o seu trabalho, o homem participa do bem dos outros e da sociedade.

203. A participação de todos, também dos cristãos, na promoção do bem comum requer, como qualquer dever ético, uma conversão de toda a sociedade. A fraude e a corrupção, pelas quais algumas pessoas se esquivam às obrigações da lei e às prescrições do dever social, devem ser firmemente condenadas como incompatíveis com as exigências da justiça. É preciso também promover o progresso daquelas instituições que melhoram as condições da vida humana.
204. As pessoas que exercem cargos de autoridade devem garantir os valores e colocar-se ao serviço dos seus semelhantes. A participação começa pela educação e pela cultura. A sociedade garante a justiça social, quando realiza as condições que permitem às associações e às pessoas obterem o que lhes é devido, segundo a sua natureza e vocação. A justiça social está ligada ao bem comum e ao exercício da autoridade.
205. O respeito pela pessoa humana é uma obrigação que vem da condição de ser filho e filha de Deus. Esses direitos são anteriores à sociedade e devem ser cultivados. Eles estão na base de qualquer autoridade: quando a autoridade política os despreza ou se recusa a reconhecê-los na sua lei pública, uma sociedade atenta contra a sua própria força moral.
206. Respeitar a pessoa humana exige que cada um considere o seu próximo, sem qualquer exceção, como 'outro ele mesmo', e zele, antes do mais, pela sua existência e pelos meios que lhe são necessários para viver dignamente.¹¹⁷

117 Cf. Idem. n. 1931.

207. É dever da Igreja conscientizar os homens e mulheres de boa vontade sobre estes direitos, e distingui-los das exigências abusivas ou falsas.¹¹⁸

3.6. A relação entre Igreja e Estado

208. A relação entre Igreja e Estado, a partir do Concílio Vaticano II, aparece sob nova perspectiva devido ao advento da sociedade pluralista. Trata-se mais propriamente do relacionamento da sociedade política com a Igreja, mais complexo que o anterior.

209. Primeiramente vem afirmado que a Igreja, por ter uma finalidade religiosa, de modo algum se confunde com a comunidade política nem está ligada a qualquer sistema político. O que não significa que os cristãos sejam indiferentes aos sistemas políticos ou que sua doutrina social deva se harmonizar com qualquer sistema político.

210. A Igreja deseja salvaguardar a pessoa humana em sua integridade, o caráter transcendente da pessoa humana.¹¹⁹ Proclamando a verdade do Evangelho e iluminando todos os setores da atividade humana, “a Igreja respeita e promove também a liberdade política e a responsabilidade dos cidadãos”.¹²⁰ Assim, a ação religiosa através das comunidades cristãs repercute necessariamente na sociedade política.

211. Embora autônomas e independentes em seu campo, Igreja e sociedade devem colaborar, pois ambas “estão a serviço da vocação pessoal e social dos mesmos seres humanos”.¹²¹ A *Gaudium et Spes* não indica qual a forma jurídica de colaboração entre a Igreja e sociedade, mas acena que ela deverá considerar “as circunstâncias dos tempos e dos lugares”, implicando assim uma pluralidade de formas. A colaboração não exige vantagens e privilégios.

118 Cf. CATECISMO da IGREJA CATÓLICA. n. 1930.

119 Cf. MIRANDA. E. E. *Eu vim para servir. Comunidade, Igreja e Sociedade*. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 64-66.

120 DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 76.

121 Idem. n. 76.

O único bem que a comunidade de fé pede da comunidade política é a liberdade. Pois ela deve utilizar em sua atividade salvífica “os caminhos e auxílios próprios ao Evangelho”, os meios que se apoiam no “poder de Deus”.¹²²

212. Na linha da eclesiologia do Povo de Deus, elaborada na Constituição Dogmática sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), o documento afirma que todos os cristãos são chamados a uma participação ativa no campo político. Em primeiro lugar, porque os cristãos são pessoas humanas, livres e responsáveis, devendo assim poder determinar a organização social ou o contexto concreto em que se desenrolam suas vidas, e que tão fortemente as condiciona. Consequentemente, poderão participar tanto dos fundamentos jurídicos da comunidade política (Constituição do Estado) como das atividades administrativas do setor público e da eleição dos governantes. O voto é, assim, não só um direito, mas um dever, em vista da promoção do bem comum.¹²³
213. O Concílio Vaticano II indicou também a necessidade da formação civil e política de todos, especialmente da juventude, para promoverem os valores que se revertem no bem de toda a sociedade, sem permanecer prisioneiros de interesses próprios, de pessoas, grupos ou categorias.¹²⁴

3.7. A reforma do Estado com participação democrática

214. Diante da crise econômica mundial que ameaça e abala os Estados, o Papa Bento XVI já alertava sobre a reavaliação do papel dos Estados, para fazerem frente aos desafios do mundo atual através de novas configurações de seu exercício. Ele fazia referência à necessidade de uma “função mais bem calibrada dos poderes públicos”, bem como de novas formas de participação na política

122 Idem. n. 76.

123 Cf. Idem. n. 75.

124 Cf. Idem. n. 75.

- nacional e internacional através da ação de organizações civis e de uma consciência maior e participação dos próprios cidadãos.¹²⁵
215. A Igreja – diz o Papa Bento XVI – “encara com simpatia o sistema da Democracia”, enquanto este modelo favorece a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade de escolher e controlar os próprios governantes, ou, até mesmo, substituí-los pacificamente quando se torne oportuno.¹²⁶
216. A Conferência Episcopal Brasileira, por ocasião dos cinquenta anos da fundação da capital do país e das eleições de 2010, publicou o Documento 91, intitulado “Por uma reforma do Estado com participação democrática”. Este documento, nascido da ação pastoral da Igreja no Brasil, que tem por imperativo o empenho pela vida plena para todos, alerta sobre a “crise da civilização”. Mostra a necessidade de uma tomada de decisão sobre os meios mais justos e eficientes para sua superação, o que constitui uma decisão política.¹²⁷
217. Os Bispos do Brasil insistem na necessidade de ampliação de sujeitos políticos, com vez e voz, no processo de construção da sociedade e do Estado. Assim, será possível que se “estabeleça a própria sociedade organizada, como princípio de coordenação da vida societária, para além dos mecanismos anteriores de coordenação das sociedades modernas: o mercado (capitalismo) ou o estado burocratizado (socialismo)”.¹²⁸ Eles propõem a democracia participativa, como um necessário complemento à democracia representativa.¹²⁹ Assim, será possível ultrapassar o individualismo e tomar o rumo da solidariedade, conscientizando os cidadãos, respeitando sua autonomia e chamando-os a contribuir para a construção do bem comum.¹³⁰

125 Cf. PAPA BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*, Brasília: Edições CNBB, 2009. n. 24.

126 Cf. Idem. n. 24.

127 CNBB. Documento – 91. *Por Uma Reforma do Estado Com Participação Democrática*. Brasília: Edições CNBB, 2010. n. 5.

128 Idem. n. 38.

129 Cf. Idem. n.46.

130 Cf. Idem. n. 48.

218. Em 2014, os bispos reunidos em Aparecida em Assembleia Geral, consideraram que o Estado hoje existente evidencia os limites da democracia representativa e não atende às necessidades dos novos sujeitos históricos em nossa sociedade.¹³¹ E posicionaram-se a favor da participação da Igreja em uma Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas.
219. Esta Coalizão, integrada por quase cem entidades da sociedade, parte do pressuposto de que uma reforma política passa, necessariamente, por mudanças nas regras eleitorais, sobretudo no tocante a seu financiamento; por melhoria na representação do povo nos postos políticos; pelo fortalecimento da democracia participativa por meio dos preceitos constitucionais do Plebiscito, Referendo e Projeto de Lei de Iniciativa Popular.¹³²

131 Cf. CNBB. Coleção Pensando o Brasil. p. 16.

132 Cf. Idem. p. 18.

TERCEIRA PARTE

Igreja e sociedade: serviço, diálogo e cooperação

220. Na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, a Igreja expressou de modo claro a relação que existe entre a missão que lhe é própria e a responsabilidade que ela tem de colaborar com a sociedade.¹³³ Consciente disso, ela atua em favor de tudo o que eleva a dignidade humana, consolida a coesão social e confere sentido mais profundo à atividade humana.¹³⁴ “A Igreja pensa que, por meio de cada um dos seus membros e por toda a sua comunidade, pode ajudar muito a tornar mais humana a família humana e a sua história.”¹³⁵ Convida a que “não se oponham, infundadamente, as atividades profissionais e sociais, por um lado, e a vida religiosa, por outro.”¹³⁶ E adverte: “o cristão que descuida dos seus deveres temporais falta aos seus deveres para com o próximo e até para com o próprio Deus, e põe em risco a sua salvação eterna.”¹³⁷
221. Outro critério fundamental para sua atuação é a atenção aos pobres e sofredores, às “periferias existenciais”, como as denomina o Papa Francisco. “Como eu gostaria de uma Igreja pobre para os pobres”, disse ele aos jornalistas logo depois de sua eleição como Bispo de Roma. Na homilia que pronunciou em Lampedusa, a ilha dos naufragos prófugos, mencionando a tragédia da morte dos pobres, ele recorda que “quando não estamos atentos

133 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 42.

134 Cf. *Idem*. n. 40.

135 *Idem*.

136 *Idem*. n. 43.

137 *Idem*.

ao mundo em que vivemos” ficamos desorientados, envolvidos pela cultura do bem-estar que leva à “globalização da indiferença”: “habitua-mo-nos ao sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa” (homilia do dia 08 de julho de 2013). Em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, dedicou amplo espaço à inclusão social dos pobres.¹³⁸

222. A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja na América Latina e Caribe se voltou com novo ardor em direção dos pobres. Essa postura pastoral ficou conhecida com o nome de “opção preferencial pelos pobres”. Tão antiga como a própria Igreja, tal opção assumiu, desde então, formas novas. Consiste em ir às raízes da pobreza social, estimulando os pobres a se conscientizarem de sua situação e a assumirem a iniciativa de sua libertação. Mas – cláusula decisiva – todo esse trabalho, ao mesmo tempo crítico e construtivo, quer se inspirar essencialmente na fé cristã.
223. A trajetória da atuação da Igreja na sociedade assume novos desafios conforme o tempo, os contextos e as transformações sociais. Os novos tempos exigem da Igreja um discernimento, à luz do Espírito Santo, para continuar o serviço na sociedade segundo os critérios do Evangelho. A quinta urgência proposta pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora 2011 – 2015, “Igreja a serviço da vida plena para todos”, é um indicativo deste novo caminho.
224. Os desdobramentos da urgência se estendem ao cuidado e à proteção da dignidade humana em todas as etapas da sua existência: o cuidado com a família, com as crianças, os adolescentes e jovens, com os trabalhadores e trabalhadoras. Indica também a necessária atenção aos migrantes nas suas diferentes realidades, a promoção de uma sociedade que respeite as diferenças, o combate ao preconceito e à discriminação, o apoio a iniciativas de inclusão social dos indígenas e afrodescendentes, entre outras.

138 Cf. PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. n. 186-201.

225. Há reconhecimento da profunda ligação que existe entre evangelização e promoção humana.¹³⁹

1. Os critérios: dignidade humana, bem comum e justiça social

226. De acordo com a Doutrina Social da Igreja, que encontrou na *Gaudium et Spes* um de seus pontos altos, a dignidade da pessoa humana, o bem comum e a justiça social são os critérios a partir dos quais a Igreja discerne a oportunidade e o estilo de seu diálogo e de sua colaboração com a sociedade. É por esses mesmos valores que ela pautava sua própria atuação, enquanto força de transformação deste mundo à luz do Reino de Deus, anunciado e mostrado presente por Jesus Cristo.

1.1. Proteção dos direitos fundamentais

227. O serviço prestado pela Igreja à vida compreende a proteção ao ser humano, especialmente aos mais fragilizados, e aos seus direitos, universais e inalienáveis, como expresso na doutrina social.¹⁴⁰

228. No Brasil, alguns direitos básicos ainda carecem de avanços para serem disponibilizados a toda a população: direito à água limpa e potável, direito à alimentação, direito à moradia, direito à liberdade, direito à manifestação política, direito à educação, direito à manifestação religiosa publicamente. Sem eles, não se verificam as condições indispensáveis para a pessoa chegar à plenitude da vida. O fundamento de todos estes direitos é o direito à vida, desde a sua concepção até o fim natural.¹⁴¹ Todo empenho pelos direitos começa por esse direito, pois a vida é dom e graça de Deus, e a ele pertence.

139 Cf. *Idem.* n. 178.

140 COMPÊNDIO da DOCTRINA SOCIAL da IGREJA, n. 153.

141 Cf. *Idem.* 155.

1.2. O bem comum: promoção e defesa da justiça social

229. A fé cristã deve incidir em todas as dimensões da vida, e não só no âmbito privado. Ela deve chegar à expressão política, que apresenta entre suas finalidades principais a promoção do bem comum e da justiça social. O próprio Concílio Vaticano II afirma que a fé obriga os fiéis a cumprirem seus “deveres terrenos” e a colaborar, com “boa vontade” e “competência”, nos mais variados campos da vida social.¹⁴²
230. A melhoria das condições de vida dos brasileiros ainda não se traduziu em melhorias nas condições estruturais de vida da população, sobretudo dos necessitados. Nesse sentido, é oportuno lembrar: a luta pela reforma agrária e as condições do trabalho no campo;¹⁴³ as relações de trabalho que compreendem o salário justo e o emprego decente; o acesso à moradia.¹⁴⁴ No caso dos indígenas, é urgente a demarcação dos territórios e a mediação nos locais onde existem agricultores que possuem título. No caso das comunidades quilombolas¹⁴⁵ e comunidades tradicionais, é urgente que o poder executivo demarque os territórios e os proteja da especulação imobiliária. Outra urgência é estabelecer políticas públicas de inclusão social de milhares de excluídos. Estas situações requerem uma ação mais incisiva, pois envolvem situações estruturantes fundamentais do direito à vida e ao reconhecimento da dignidade humana. Além disso, ferem o bem comum e desestabilizam a justiça social, gerando exclusão e violência.

142 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 43.

143 Sugestão apresentada no documento a Igreja e a questão agrária no início do século XXI, Edições CNBB, 2014.

144 Cf. CNBB. Texto base CF 1993. *Onde Moras? A fraternidade e a moradia*. 1993.

145 Cf. CNBB. Estudos – 105. *A Igreja e as Comunidades Quilombolas*. Brasília: Edições CNBB, 2013. n. 59.

2. O serviço da Igreja à Sociedade

2.1. Uma Igreja em saída

231. O Papa Francisco chama todos os batizados a uma conversão missionária. O mandato missionário recebido de Jesus Cristo (cf. Mt 28,19-20) pede uma Igreja em saída para testemunhar a alegria do Evangelho, da vida em Jesus Cristo. Diz o Papa: “Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro”; e ainda: “Mais do que temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção”.¹⁴⁶

- ♦ As comunidades precisam se converter à missão. O contexto de pluralismo não pode ser motivo de fechamento e rejeição à sociedade.
- ♦ O Papa Francisco, quando no Rio de Janeiro, a partir da imagem dos discípulos de Emaús (cf. Lc 24,13-15), falou sobre que atitude espera da Igreja em relação às pessoas que experimentam desorientação e um vazio interior na sociedade, até em decorrência de decepções religiosas. São provocações desafiantes:
 - ◊ uma Igreja que não tenha medo de entrar na noite deles;
 - ◊ uma Igreja capaz de encontrá-los no seu caminho;
 - ◊ uma Igreja capaz de inserir-se na sua conversa;
 - ◊ uma Igreja que saiba dialogar com aqueles que vagam sem meta, com desencanto, desilusão, até mesmo do cristianismo;
 - ◊ uma Igreja capaz de acompanhar o regresso a Jerusalém.

2.2. O discernimento evangélico

232. Para o Papa Francisco, trata-se de “uma capacidade sempre vigilante de estudar os sinais dos tempos”,¹⁴⁷ ou de ver o que Deus pede de nós. O Papa afirma ainda que o discernimento evangélico é uma responsabilidade grave. Diante de algumas realidades

146 Cf. PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. n. 49.

147 Cf. PAPA PAULO VI. *Carta Encíclica Ecclesiam suam*. Roma, 06 de agosto de 1964. In PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. n. 51.

desafiadoras, se não se encontrarem boas soluções, elas podem resultar em processos de desumanização de difícil enfrentamento. É preciso discernir o que pode ser fruto do Reino e o que atenta contra o projeto de Deus para a vida pessoal, comunitária e social.

Sugestões para ações concretas:

- ♦ Refletir nas famílias sobre o que edifica a vida e o que não é gerador de vida, e sobre estratégias de solução;
- ♦ Promover momentos para exercer o discernimento evangélico acerca do que ocorre na comunidade, bairro, cidade, e identificar ameaças à vida (pontos de vendas de entorpecentes, prostituição, tráfico de pessoas, pessoas em situação de miséria, fatos ocorridos com pessoas, famílias e outros);
- ♦ Pensar em formas de contribuir para a resolução de tais situações, considerando as capacitações requeridas para as ações de enfrentamento da realidade identificada.

2.3. A ação das pastorais sociais

233. A Igreja Católica também participa efetivamente da sociedade por meio das pessoas que atuam nas pastorais sociais. Por meio delas, expressa a solicitude e o cuidado com as pessoas em situações de marginalização, exclusão e injustiça, como o empenho sociopolítico da sua ação evangelizadora nas complexas questões sociais ameaçadoras da vida. Enfrentar e superar estas realidades é compromisso dos seguidores de Jesus Cristo e exigência do Reino por Ele anunciado.
234. Este compromisso social com grupos de necessitados e fragilizados gerou a construção de propostas e metodologias de trabalho adequadas às circunstâncias desses grupos. Estas pastorais, com a experiência, os conhecimentos e as ações desenvolvidas, tornam-se expressão da Igreja em defesa dos direitos dos necessitados: populações de rua, vítimas do tráfico humano, quilombolas, grupos indígenas e outros.

Sugestões para ações concretas:

- ♦ As comunidades precisam conhecer serviços mediante os quais a Igreja se faz solidária aos pequeninos da nossa sociedade e empenha-se pela superação das injustiças e pela construção de relações segundo o Evangelho na sociedade.
- ♦ O Papa Francisco tem feito apelo em prol daqueles que são descartados na sociedade. Ele pede que as comunidades se abram a este chamado, identifiquem esses grupos, sejam solícitas para com as pessoas e estructurem um trabalho com o apoio e a experiência das pastorais sociais.

2.4. Diálogo e colaboração em vista do bem comum

235. Na sociedade civil, encontramos muitas entidades e instituições que propõem boas iniciativas, visando atender as necessidades da população carente. “A Igreja declara querer ajudar a promover todas essas instituições, na medida em que isso dependa dela e seja compatível com a sua própria missão.”¹⁴⁸

- ♦ Repensar a própria responsabilidade em relação à sociedade em temas como: sustentabilidade, respeito aos direitos dos outros, liberdade religiosa, educação para a solidariedade, cuidado com os bens públicos.
- ♦ Criar serviços a partir das características da paróquia e das capacitações dos paroquianos (reforço escolar, biblioteca comunitária, mutirões de ajuda e outros).

236. O diálogo com a sociedade compreende também o princípio do diálogo ecumênico e inter-religioso. Assumir causas em comum, especialmente causas de defesa e promoção da vida, que sustentam a dimensão servidora das instituições religiosas, é um caminho fértil para essa aproximação.

148 Cf. DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 43.

- ♦ Aprofundar a própria experiência religiosa;
- ♦ Educar para o respeito à liberdade religiosa, a superação de preconceitos, o reconhecimento dos direitos humanos e a rejeição das injustiças;
- ♦ Desenvolver a capacidade de diálogo com pessoas de outras denominações religiosas e de posições diferentes da própria posição;
- ♦ Descobrir, em pessoas de outras Igrejas, possíveis construtores de um mundo melhor e partilhar experiências, ensinando e aprendendo.

2.5. A superação da violência e a construção da paz

237. Um dos mais sérios problemas com o qual a sociedade brasileira se debate na atualidade é a violência. As pessoas anseiam viver em paz e segurança. Planejar e desenvolver ações pela superação da escalada da violência é um dos grandes serviços a se prestar à sociedade nos dias de hoje. As proposições para este objetivo não são muito fáceis, mas seguem algumas:

- ♦ A comunidade insira o tema da paz em sua liturgia e oração;
- ♦ Articular com outros grupos religiosos momentos de oração pela paz em lugares simbólicos;
- ♦ Conhecer as realidades próximas da comunidade que apresentem conflitos, para um discernimento sobre as melhores soluções e contribuições possíveis;
- ♦ Acompanhar famílias, jovens, gangues, escolas com incidência de conflitos em vista de superá-los; apoiar as iniciativas da sociedade organizada e de organizações não governamentais, que visem a cultura da paz.

2.6. Conselhos Paritários e participação social

238. Os Conselhos paritários se inscrevem entre os grandes legados da Constituição de 1988 e estão constituídos nos âmbitos municipal, estadual e federal. A CNBB tem promovido encontros com os conselheiros que atuam na esfera federal. A iniciativa merece ser expandida para as demais esferas da Igreja. Além do incentivo

aos discípulos missionários para participarem destes Conselhos em nome da Igreja, é necessário implantar processos de capacitação, com adequada formação, para atuarem com competência. Esta representação deve se inscrever em projeto orgânico de ações da diocese ou comunidade de modo que os conselheiros não se sintam isolados ou assumam viés personalista na representação.

Sugestões para ações concretas:

- ♦ Inscrever a participação nos Conselhos Paritários no plano pastoral da diocese ou paróquia, como uma das formas de participação da Igreja na edificação do bem comum da sociedade;
- ♦ Esclarecer a comunidade sobre a importância da participação nos Conselhos Paritários;
- ♦ Obter informações sobre os Conselhos Paritários constituídos em seu município e sobre seu funcionamento;
- ♦ Escolher e preparar pessoas na comunidade para participarem em nome da/e como Igreja.

2.7. Participação na Reforma Política

239. A Igreja Católica integra a “Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas”. Participou ativamente dos debates que definiram os termos deste projeto, que inclui:

- ♦ A proibição de financiamento de candidatos por empresas (pessoas jurídicas) e implantação do financiamento democrático, público e de pessoas físicas, ambos limitados;
- ♦ A adoção do sistema eleitoral chamado “voto transparente”, proporcional, em dois turnos, pelo qual o eleitor inicialmente vota num programa partidário e posteriormente escolhe um dos nomes da lista ordenada no partido, com participação de seus filiados e acompanhamento da Justiça Eleitoral e do Ministério Público;
- ♦ A promoção da alternância de homens e mulheres nas listas de candidatos dos partidos, porque o Brasil, onde as mulheres representam 51% dos eleitores, é um País de sub-representação feminina, com apenas 9% de mulheres na política;

- ♦ O fortalecimento da democracia participativa, através dos preceitos constitucionais do Plebiscito, do Referendo e do Projeto de Lei de Iniciativa Popular, permitindo assim a sua efetividade, reduzindo as exigências para a sua realização e ampliando suas possibilidades de concretização.

Sugestões para ações concretas:

- ♦ A participação dos discípulos missionários no bem comum pelo processo político é um direito e um dever, como cidadãos e do exercício da missão;
- ♦ Que a comunidade não esteja alheia aos processos políticos na sociedade;
- ♦ Os discípulos missionários devem ser esclarecidos e capacitados para discernir por eles mesmos a partir de Jesus Cristo e do projeto do Pai, em vista de opções construtivas para a sociedade;
- ♦ Convidar pessoas para debater, traçar metas e estratégias de mobilização, em vista da contribuição à necessária reforma política.

3. Viver a Campanha da Fraternidade

240. “A Campanha da Fraternidade visa despertar e nutrir o espírito comunitário e a verdadeira solidariedade na busca do bem comum, educando para a vida fraterna, a justiça e a caridade, exigências éticas centrais do Evangelho.”¹⁴⁹

- ♦ É oportuno frisar que a participação na Campanha promovida pela Igreja em todo o Brasil propicia à pessoa e à comunidade a oportunidade de se integrarem neste belo momento de comunhão eclesial.
- ♦ A preparação da Campanha é uma oportunidade para fortalecer laços comunitários e animar a pastoral de conjunto.

149 CNBB. Subsídios – *Manual de Animação de Campanhas*. Brasília: Edições CNBB, 2007. p. 16.

- ♦ As dioceses, paróquias, comunidades e grupos reúnam suas lideranças, estudem o tema e planejem sua realização. O tema: *Fraternidade: Igreja e Sociedade* é instigante, pois os fiéis da comunidade são membros da sociedade e chamados a evangelizá-la em suas várias dimensões.

3.1. A coleta da Solidariedade

241. O tempo da quaresma é um tempo penitencial e a verdadeira conversão deve produzir frutos (cf. Mt 3,8). O primeiro gesto concreto de conversão quaresmal para os discípulos missionários é a participação na vida da comunidade que serve e celebra. O segundo é a oferta de doação em dinheiro na coleta da solidariedade, a ser realizada no Domingo de Ramos, dia 29 de março. Esta coleta é destinada aos pobres. Por meio deste gesto concreto, a Igreja dá um testemunho de fraternidade e aponta o caminho cristão da partilha (cf. At 2,45) para a superação das grandes desigualdades presentes nas estruturas da sociedade brasileira.
242. A coleta deste ano destina-se também a combater a fome no mundo, por meio de uma ação promovida pela Caritas, com o lema: “Uma família humana, pão e justiça para todas as pessoas”.
- ♦ A coleta não se resume a mera doação. Deve expressar o empenho quaresmal de conversão.
 - ♦ As comunidades sejam exortadas para a vivência deste gesto concreto desde o início da quaresma.
243. É necessário motivar a comunidade para a coleta. A prestação de contas da destinação dos recursos dos Fundos Nacional e Diocesano de Solidariedade, a distribuição de envelopes, e dinâmicas segundo o critério da comunidade podem contribuir para uma coleta mais consciente e participativa.

CONCLUSÃO

244. A Campanha da Fraternidade “Fraternidade: Igreja e Sociedade” reflete, medita e reza a presença da Igreja na sociedade. Igreja como comunidades que vivem na sociedade e dela participam. Igreja como cristãos que atuam, constroem e constituem a sociedade.
245. Essa atuação, essa construção é própria dos cristãos. Por isso, “a Igreja afirma o direito de servir o homem na sua totalidade, dizendo-lhe o que Deus revelou sobre o homem e sua realização, e ela deseja tornar presente aquele patrimônio imaterial sem o qual a sociedade se desintegra, as cidades seriam arrasadas por seus próprios muros, abismos e barreiras. A Igreja tem o direito e o dever de manter acesa a chama da liberdade e da unidade do homem.”¹⁵⁰
246. O Concílio Ecumênico Vaticano II lembra a participação transformadora dos cristãos:
- (...) a Igreja, simultaneamente “agrupamento visível e comunidade espiritual”, caminha juntamente com toda a humanidade, participa da mesma sorte terrena do mundo e é como que o fermento e a alma da sociedade humana, a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus.¹⁵¹
247. A discussão sobre a laicidade do Estado deve levar em consideração a presença das pessoas que formam a sociedade. Existe o Estado porque existem pessoas que dão a razão de ser do Estado. O Estado, como Estado, independe de uma religião, mas não independe da sociedade, das pessoas que creem. O Estado, por não ser pessoa, não crê, mas pessoas que formam a sociedade podem crer, viver e exteriorizar a sua fé. Os cristãos têm como direito

150 Papa Francisco, *Encontro com o Episcopado Brasileiro, JMJ-2013*.

151 DOCUMENTO CONCILIAR. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. n. 40.

de cidadão, de cidadã, serem ativos e propositivos em relação à sociedade e, por isso, ao Estado.

248. Os cristãos não desejam privilégios, mas têm o direito de participar da vida da sociedade. Os documentos do Concílio Vaticano II afirmam que os cristãos são chamados a servir. No servir, transformar. No servir, construir uma sociedade sempre mais fraterna, justa, solidária.
249. Na sociedade, vive-se a crise da modernidade, erigida sem referência ao transcendente e sobre a independência do indivíduo. Cresce uma corrente com vertente contrária à religião e baseada no sujeito, no individualismo, que fragiliza as relações sociais em geral. Esse modo não coopera para o crescimento de uma sociedade da qual todos participam e têm a oportunidade de realização pessoal e comunitária. “Educação, saúde, paz social são as urgências no Brasil. A Igreja tem uma palavra a dizer sobre estes temas porque, para responder adequadamente a esses desafios, não são suficientes soluções meramente técnicas, mas é preciso ter uma visão subjacente do homem, da sua liberdade, do seu valor, da sua abertura ao transcendente.”¹⁵²
250. Buscando viver a partir do Evangelho, os cristãos, as comunidades cristãs, propõem modos de conviver, para não excluir ninguém. Por isso, estão sempre atentos para que nenhuma pessoa seja excluída da sociedade. As comunidades católicas, os cristãos católicos serão sempre ativos quando se trata da justiça, da participação política, da convivência, do cuidado, da solidariedade, da caridade, da autonomia, do acolhimento. Os católicos, as comunidades católicas profundamente ativas na sociedade não se deixarão tomar pela globalização da indiferença. Saberão chorar com os que choram e rir com aqueles que riem.
251. Beata Madre Teresa de Calcutá recorda a vocação e a missão do cristão: “Cristo está presente naqueles de que ninguém precisa,

152 Papa Francisco, **Encontro com o Episcopado Brasileiro, JMJ-2013.**

que ninguém emprega, de que ninguém cuida, que têm fome, que estão nus, que não têm lar. Estes parecem inúteis ao Estado e à sociedade; ninguém tem tempo para lhes dar. Compete-nos a nós, cristãos, a vós e a mim, dignos do amor de Cristo se o nosso é verdadeiro, compete-nos a nós procurá-los, ajudá-los; eles estão lá para que os encontremos.” Cuidar sem olhar a quem, ir ao encontro gratuitamente, oferecer consolo e conforto aos que mais precisam, acolher e limpar as feridas como o samaritano, é o melhor serviço que as comunidades, os cristãos oferecem por ter sido tomados pela *Alegria do Evangelho*. O encontro com Jesus Cristo transforma os cristãos em testemunhas da esperança, do consolo e do amor.

252. Papa Francisco lembra que, “no âmbito da sociedade, há somente uma coisa que a Igreja pede com particular clareza: a liberdade de anunciar o Evangelho de modo integral, mesmo quando ele está em contraste com o mundo, mesmo quando vai contra a corrente, defendendo o tesouro de que é somente guardião, e os valores dos quais não pode livremente dispor, mas que recebeu e a eles deve ser fiel. (...) vocês, queridos Irmãos, não tenham medo de oferecer esta contribuição da Igreja que é para o bem da sociedade inteira, e de oferecer esta palavra “encarnada” também com o testemunho.”¹⁵³

253. Nossa Senhora, Mãe de Deus e nossa, nos ensine a caminhar “pelas estradas da vida” como testemunhas do amor revelado em Jesus Cristo. Nele, como discípulos missionários, testemunhemos a beleza do Reino de Deus.

153 Papa Francisco, *Encontro com o Episcopado Brasileiro*, JMJ-2013.

QUARTA PARTE

1. A Campanha da Fraternidade

A Campanha da Fraternidade é grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e ação comunitária, como a verdadeira penitência que Deus quer de nós em preparação à Páscoa. É momento de conversão, de prática de gestos concretos de fraternidade, de exercício de uma verdadeira pastoral de conjunto em prol da transformação de situações injustas e não cristãs.

É precioso meio para a evangelização no tempo quaresmal, retomando a pregação dos profetas, confirmada por Cristo, segundo a qual a verdadeira penitência que agrada a Deus é repartir o pão com quem tem fome, dar de vestir ao maltrapilho, libertar os oprimidos, promover a todos. A Campanha da Fraternidade tornou-se especial manifestação de evangelização libertadora, provocando, ao mesmo tempo, a renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, a partir de problemas específicos, tratados à luz do Projeto de Deus.

2. Natureza e histórico da CF

Em 1961, três padres responsáveis pela Caritas Brasileira idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição e torná-la, assim, autônoma financeiramente. A atividade foi chamada *Campanha da Fraternidade* e realizada, pela primeira vez, na Quaresma de 1962, em Natal (RN), com adesão de outras três dioceses e apoio financeiro dos bispos norte-americanos. No ano seguinte, dezesseis dioceses do Nordeste realizaram a Campanha. Não teve êxito financeiro, mas foi o embrião de um projeto anual dos Organismos Nacionais da CNBB e das Igrejas Particulares no Brasil, realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (Evangelizadora) da Igreja em nosso país.

Em seu início, teve destacada atuação o Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, sob cuja dependência estava a Caritas Brasileira, que fora fundada no Brasil, em 1957. Na época, o responsável pelo Secretariado de Ação Social era dom Eugênio de Araújo Sales, que, por isso, era presidente da Caritas Brasileira. O fato de ser administrador apostólico de Natal (RN) explica que a Campanha tenha iniciado naquela circunscrição eclesial e em todo o Rio Grande do Norte.

Esse projeto foi lançado, em âmbito nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, sob o impulso renovador do espírito do Concílio Vaticano II, em andamento na época, e realizado pela primeira vez na Quaresma de 1964. O tempo do Concílio foi fundamental para a concepção, estruturação e encaminhamentos da CF, do Plano de Pastoral de Emergência, do Plano de Pastoral de Conjunto e de outras iniciativas de renovação eclesial. Ao longo de quatro anos seguidos, por um período extenso em cada um, os bispos ficaram hospedados na mesma casa, em Roma, participando das sessões do Concílio e de diversos momentos de reunião, estudo, troca de experiências. Nesse contexto, nasceu e cresceu a CF.

Em 20 de dezembro de 1964, os bispos aprovaram o projeto inicial da CF, intitulado: “Campanha da Fraternidade: pontos fundamentais apreciados pelo episcopado em Roma”. Em 1965, tanto a Caritas quanto a Campanha da Fraternidade, que estavam vinculadas ao Secretariado Nacional de Ação Social, foram vinculadas diretamente ao Secretariado Geral da CNBB. A CNBB passou a assumir a CF. Nessa transição, foi estabelecida a estruturação básica da CF. Em 1967 começou a ser redigido um subsídio, maior que os anteriores, para a organização anual da CF. Nesse mesmo ano, iniciaram-se, também, os encontros nacionais das Coordenações Nacional e Regionais da CF. A partir de 1971, tanto a Presidência da CNBB como a Comissão Episcopal de Pastoral começaram a ter uma participação mais intensa em todo o processo da CF.

Em 1970, a CF ganhou um especial e significativo apoio: a mensagem do Papa, transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão, quando de sua abertura, na Quarta-feira de Cinzas. A mensagem papal continua enriquecendo a abertura da CF.

3. Objetivos permanentes da Campanha da Fraternidade:

- a. Despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum;
- b. educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho;
- c. renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja).

4. Os temas da Campanha da Fraternidade

Os temas da CF, inicialmente, contemplaram mais a vida interna da Igreja. A consciência sempre maior da situação de injustiça, de exclusão e de crescente miséria levou à escolha de aspectos bem determinados da realidade socioeconômica e política brasileira. O restabelecimento da justiça e da fraternidade nessas situações era compromisso urgente da fé.

1ª Fase: Em busca da renovação interna da Igreja

a) Renovação da Igreja

CF 1964: Igreja em renovação – *Lembre-se: você também é Igreja*

CF 1965: Paróquia em renovação – *Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor*

b) Renovação do cristão

CF 1966: Fraternidade – *Somos responsáveis uns pelos outros*

CF 1967: Co-responsabilidade – *Somos todos iguais, somos todos irmãos*

CF 1968: Doação – *Crer com as mãos*

CF 1969: Descoberta – *Para o outro, o próximo é você*

CF 1970: Participação – *Participar*

CF 1971: Reconciliação – *Reconciliar*

CF 1972: Serviço e vocação – *Descubra a felicidade de servir*

2ª Fase: A Igreja se preocupa com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça *(Vaticano II, Medellín e Puebla)*

Neste período marcado por graves injustiças e restrições socio-políticas no país, a Igreja, por meio da Campanha da Fraternidade, contribuiu para que o chamado à conversão próprio da Quaresma se estendesse ao âmbito comunitário e social, despertando as consciências para as graves injustiças existentes nas estruturas do país, em vista de ações transformadoras. Assim, a Páscoa repercutiu na história do povo brasileiro gerando fraternidade e vida.

CF 1973: Fraternidade e libertação –

O egoísmo escraviza, o amor liberta

CF 1974: Reconstruir a vida – *Onde está o teu irmão?*

CF 1975: Fraternidade é repartir – *Repartir o pão*

CF 1976: Fraternidade e comunidade – *Caminhar juntos*

CF 1977: Fraternidade na família – *Comece em sua casa*

CF 1978: Fraternidade no mundo do trabalho –

Trabalho e justiça para todos

CF 1979: Por um mundo mais humano – *Preserve o que é de todos*

CF 1980: Fraternidade no mundo das migrações: exigência da eucaristia –

Para onde vais?

CF 1981: Saúde e fraternidade – *Saúde para todos*

CF 1982: Educação e fraternidade – *A verdade vos libertará*

CF 1983: Fraternidade e violência – *Fraternidade sim, violência não*

CF 1984: Fraternidade e vida – *Para que todos tenham vida*

3ª Fase: A Igreja se volta para situações existenciais do povo brasileiro

Nesta fase, a Igreja, com a realização das Campanha da Fraternidade, tem contribuído ao evidenciar situações que causam sofrimento e morte

em meio ao povo brasileiro, nem sempre percebidas por todos, quando o Brasil reencontra seu longo caminho rumo à construção de uma sociedade democrática, capaz de integrar todos os seus filhos e filhas.

CF 1985: Fraternidade e fome – *Pão para quem tem fome*

CF 1986: Fraternidade e terra – *Terra de Deus, terra de irmãos*

CF 1987: A fraternidade e o menor –
Quem acolhe o menor, a Mim acolhe

CF 1988: A fraternidade e o negro – *Ouvi o clamor deste povo!*

CF 1989: A fraternidade e a comunicação –
Comunicação para a verdade e a paz

CF 1990: A fraternidade e a mulher –
Mulher e homem: imagem de Deus

CF 1991: A fraternidade e o mundo do trabalho –
Solidários na dignidade do trabalho

CF 1992: Fraternidade e juventude – *Juventude: caminho aberto*

CF 1993: Fraternidade e moradia – *Onde moras?*

CF 1994: A fraternidade e a família – *A família, como vai?*

CF 1995: A fraternidade e os excluídos – *Eras Tu, Senhor?!*

CF 1996: A fraternidade e a política – *Justiça e paz se abraçarão!*

CF 1997: A fraternidade e os encarcerados –
Cristo liberta de todas as prisões!

CF 1998: A fraternidade e a educação –
A serviço da vida e da esperança!

CF 1999: Fraternidade e os desempregados – *Sem trabalho... Por quê?*

CF 2000: Ecumênica: Dignidade humana e paz –
Novo milênio sem exclusões

CF 2001: Campanha da fraternidade – *Vida sim, drogas não!*

CF 2002: Fraternidade e povos indígenas – *Por uma terra sem males!*

CF 2003: Fraternidade e pessoas idosas –
Vida, dignidade e esperança!

CF 2004: Fraternidade e água – *Água, fonte de vida*

- CF 2005: Ecumênica: Solidariedade e paz – *Felizes os que promovem a paz*
- CF 2006: Fraternidade e pessoas com deficiência –
“Levanta-te, vem para o meio” (Mc 3,3)
- CF 2007: Fraternidade e Amazônia – *Vida e missão neste chão*
- CF 2008: Fraternidade e defesa da vida –
Escolhe, pois, a vida (Dt 30,19)
- CF 2009: Fraternidade e segurança pública –
A paz é fruto da justiça (Is 32, 17)
- CF 2010: Ecumênica: Economia e Vida –
Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mt 6,24)
- CF 2011: Fraternidade e a Vida no Planeta –
A criação geme em dores de parto (Rm 8,22)
- CF 2012: Fraternidade e Saúde Pública –
Que a saúde se difunda sobre a terra (cf. Eclo 38,8)
- CF 2013: Fraternidade e Juventude – *Eis-me aqui, envia-me! (Is 6,8)*
- CF 2014: Fraternidade e Tráfico Humano –
É para a liberdade que Cristo nos libertou (Gl 5,1)

Em 2014, a Campanha da Fraternidade chegou à cinquagésima primeira edição. Ao recordamos este caminho percorrido pela Campanha da Fraternidade, percebemos que a Igreja Católica exerceu sua missão de anunciar Jesus Cristo, compromissada com a caminhada histórica do povo brasileiro, apontando para a superação das injustiças e iluminando a vida de todos com a fraternidade, em vista da construção de uma sociedade de irmãos e irmãs.

O itinerário da Campanha da Fraternidade continua em 2015 com o tema: *Fraternidade: Igreja e Sociedade* e o lema: *Eu vim para servir (cf. Mc 10,45)*.

5. O gesto concreto – COLETA DA SOLIDARIEDADE

A Campanha da Fraternidade se expressa concretamente pela oferta de doações em dinheiro na *coleta da solidariedade*, realizada no Domingo de Ramos. É um gesto concreto de fraternidade, partilha

e solidariedade, feito em âmbito nacional, em todas as comunidades cristãs, paróquias e dioceses. A Coleta da Solidariedade é parte integrante da Campanha da Fraternidade.

DIA NACIONAL DA COLETA DA SOLIDARIEDADE **Domingo de Ramos, 13 de abril de 2015**

As equipes de campanha e de liturgia das comunidades eclesiais são convidadas a organizar o gesto concreto de solidariedade durante o tempo forte da Campanha, que vai do início da Quaresma, na quarta-feira de cinzas, 05 de março, até o Domingo de Ramos, que antecede à Páscoa.

Bispos, padres, religiosos(as), lideranças leigas, agentes de pastoral, colégios católicos e movimentos eclesiais são os principais motivadores e animadores da Campanha da Fraternidade. A Igreja espera que com esta motivação todos participem, oferecendo sua solidariedade em favor das pessoas, grupos e comunidades, pois: *“Ao longo de uma história de solidariedade e compromisso com as incontáveis vítimas das inúmeras formas de destruição da vida, a Igreja se reconhece servidora do Deus da vida”* (DGAE, n. 66). O gesto fraterno da oferta tem um caráter de conversão quaresmal, condição para que advenha um novo tempo marcado pelo amor e pela valorização da vida.

5.1. Os fundos de solidariedade

O resultado integral das coletas realizadas nas celebrações do Domingo de Ramos, coleta da solidariedade, com ou sem envelope, deve ser encaminhado à respectiva Diocese.

Do total arrecadado pela Coleta da Solidariedade, a Diocese deve enviar 40% ao Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), gerido pela CNBB. A outra parte (60%) permanece nas Dioceses para atender projetos locais, pelos respectivos Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS).

Doações para o Fundo Nacional de Solidariedade da CNBB, para aplicação em projetos sociais, podem ser efetuados na conta indicada abaixo, ao longo de todo o ano.

PARA DEPÓSITO DOS 40% da Coleta da Solidariedade

(Fundo Nacional de Solidariedade – CNBB)

Caixa Econômica Federal, Agência 2220 – Conta Corrente – 20.1

Enviar comprovante do depósito para e-mail – financeiro@cnbb.org.br

Correspondências – endereço:

SE/Sul Qd. 801 Conj. B

CEP: 70.200-014 – Brasília DF

Contato pelo telefone – (61) 2103-8300 (*falar na tesouraria*)

5.2. A destinação dos recursos

Os recursos arrecadados serão destinados preferencialmente a projetos que atendem aos objetivos propostos pela CF 2015.

5.3. O trâmite dos projetos

A recepção, análise da viabilidade e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos enviados ao Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), são trabalhos executados pela CNBB.

A supervisão do Fundo, a destinação dos recursos e a aprovação dos projetos está a cargo do Conselho Gestor do FNS, assim composto: Secretário Geral da CNBB; Bispo Presidente da Comissão Episcopal Caridade, Justiça e Paz e seu Assessor; Presidente da Caritas Brasileira; Tesoureiro da CNBB; Representante dos Secretários Executivos dos Regionais da CNBB, a Assistente Social da CNBB e o Secretário Executivo da Campanha da Fraternidade.

As Organizações que desejam obter apoio do Fundo Nacional de Solidariedade, de acordo com os critérios de destinação previstos para a CF 2015, deverão encaminhar os projetos ao seguinte endereço:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Fundo Nacional de Solidariedade – CNBB

SE/SUL Quadra 801 – Conjunto B

CEP: 70.200-014– Brasília DF

Tel. 61 2103-8300

Os projetos, após análise, serão submetidos ao Conselho Gestor do FNS.

O **Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS)**, composto por 60% da coleta do Domingo de Ramos, é administrado pelo Conselho Gestor Diocesano, que pode ser constituído com a participação de uma pessoa da Caritas Diocesana (onde ela existe), de um representante das Pastorais Sociais, da Coordenação de Pastoral Diocesana, da Equipe de animação das Campanhas, do responsável pela administração da Diocese e de uma pessoa ligada ao tema da CF. O Bispo constitui este Conselho Gestor e normalmente o preside.

5.4. Prestação de contas

A seguir, é apresentada a prestação de contas da coleta da solidariedade das CF 2013. Consta a contribuição enviada ao FNS pelas Dioceses, referente a 40% da coleta.

Contribuições para o Fundo Nacional de Solidariedade 2013		
REGIONAL NORTE I (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
ALTO SOLIMÕES - AM	03/06/13	3.821,00
BORBA - AM	21/05/13	2.164,75
COARI - AM	14/06/13	10.308,06
ITACOATIARA - AM	–	–
MANAUS - AM	27/05/13	44.950,00
PARINTINS - AM	15/08/13	3.500,00
RORAIMA - RR	07/05/13	7.302,58
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM	–	–
TEFÉ - AM	–	–
TOTAL		72.046,39

REGIONAL NORTE II (Distribuição por Diocese)	Data	Fraternidade R\$
ABAETETUBA - PA	27/08/13	9.300,60
BELÉM - PA	12/06/13	40.972,00
BRAGANÇA DO PARA - PA	03/07/13	7.448,30
CAMETÁ - PA	26/06/13	6.049,54
SANTÍSSIMA CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA	-	-
ITAITUBA - PA	09/07/13	4.263,22
MACAPÁ - AP	-	-
MARABÁ - PA	24/05/13	13.714,00
MARAJÓ - PA	22/04/13	2.000,63
ÓBIDOS - PA	04/09/13	8.767,04
PONTA DE PEDRAS - PA	28/05/13	745,92
SANTARÉM - PA	18/06/13	11.841,03
XINGU - PA	02/05/13	4.534,50
CASTANHAL - PA	17/05/13	13.300,00
TOTAL		122.936,78

REGIONAL NORDESTE I (Distribuição por Diocese)	Data	Fraternidade R\$
CRATEÚS - CE	17/05/13	10.034,30
CRATO - CE	03/12/13	4.014,40
FORTALEZA - CE	09/07/13	91.898,96
IGUATU - CE	06/06/13	3.764,35
ITAPIOCA - CE	27/03/13	6.578,59
LIMOEIRO DO NORTE - CE	-	-
QUIXADÁ - CE	25/06/13	3.131,86
SOBRAL - CE	04/06/13	10.887,46
TIANGUÁ - CE	01/07/13	10.840,00
TOTAL		141.149,92

REGIONAL NORDESTE II (Distribuição por Diocese)	Data	Fraternidade R\$
AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE	20/06/13	5.854,36
CAICÓ - RN	08/05/13	8.388,76
CAJAZEIRAS - PB	15/05/13	11.554,54
CAMPINA GRANDE - PB	03/06/13	16.242,62
CARUARU - PE	06/05/13	11.000,00
FLORESTA - PE	03/05/13	3.303,82
GARANHUNS - PE	26/04/13	9.578,00
GUARABIRA - PB	20/05/13	6.407,26
MACEIÓ - AL	13/03/14	21.538,78
MOSSORÓ - RN	18/06/13	16.016,14
NATAL - RN	-	-
NAZARÉ DA MATA - PE	15/05/13	8.767,00

OLINDA E RECIFE - PE	15/04/13 e 23/05/13	43.629,60
PALMARES - PE	30/04/13	7.460,00
PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL	12/06/13	5.402,94
PARAÍBA - PB	12/07/13	20.101,00
PATOS - PB	23/05/13	16.753,24
PENEDO - AL	15/08/13	7.446,40
PESQUEIRA - PE	02/05/13	5.104,14
PETROLINA - PE	23/05/13	10.120,00
SALGUEIRO - PE	05/06/13	8.135,88
TOTAL		242.804,48

REGIONAL NORDESTE III (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
ALAGOINHAS - BA	-	-
AMARGOSA - BA	18/06/13	8.807,60
ARACAJU - SE	07/06/13	22.042,00
BARRA - BA	13/05/13	4.398,66
BARREIRAS - BA	21/06/13	18.137,26
BOM JESUS DA LAPA - BA	31/05/13	3.500,00
BONFIM - BA	-	-
CAETITÉ - BA	14/06/13	11.320,00
CAMAÇARI - BA	11/06/13	4.530,10
ESTÂNCIA - SE	-	-
EUNÁPOLIS - BA	02/08/13	100,00
FEIRA DE SANTANA - BA	04/06/13	12.186,00
ILHÉUS - BA	08/05/13	7.896,80
IRECÊ - BA	22/10/13	2.970,40
ITABUNA - BA	10/05/13	5.282,00
JEQUIÉ - BA	07/06/13	6.437,00
JUAZEIRO - BA	09/07/13	4.733,78
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA - BA	-	-
PAULO AFONSO - BA	23/08/13	4.300,00
PROPRÁ - SE	11/06/13	7.069,60
RUY BARBOSA - BA	30/04/13	6.927,90
SÃO SALVADOR DA BAHIA - BA	06/08/13	25.609,00
SERRINHA - BA	06/06/13	12.866,00
TEIXEIRA DE FREITAS E CARAVELAS - BA	02/05/13	10.495,74
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	07/05/13	14.409,36
TOTAL		194.019,20

REGIONAL NORDESTE IV (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
BOM JESUS DE GURGUEIA - PI	19/04/13	3.000,00
CAMPO MAIOR - PI	31/05/13	10.584,00

FLORIANO - PI	-	-
OEIRAS - PI	29/04/13	9.559,28
PARNAÍBA - PI	15/04/13 e 10/03/14	22.951,62
PICOS - PI	14/05/13 e 19/06/13	5.563,18
SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	-	-
TERESINA - PI	20/06/13	35.063,71
TOTAL		86.721,79

REGIONAL NORDESTE V (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
BACABAL - MA	-	-
BALSAS - MA	27/05/13	4.545,34
BREJO - MA	31/05/13	5.810,90
CAROLINA - MA	10/05/13	1.250,00
CAXIAS DO NORTE - MA	15/05/13	4.270,00
COROATÁ - MA	02/05/13	5.295,26
GRAJAÚ - MA	22/05/13	5.700,00
IMPERATRIZ - MA	-	-
PINHEIRO - MA	14/05/13	5.875,00
SÃO LUÍS DO MARANHÃO - MA	22/05/13	24.497,24
VIANA - MA	-	-
ZÉ DOCA - MA	02/05/13	3.960,78
TOTAL		61.204,52

REGIONAL LESTE I (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
BARRA DO PIRAÍ - VOLTA REDONDA - RJ	07/05/13	35.123,99
CAMPOS - RJ	29/05/13	6.296,00
DUQUE DE CAXIAS - RJ	19/05/13	18.567,38
ITAGUAÍ - RJ	10/06/13	6.499,89
NITERÓI - RJ	27/05/13	33.784,95
NOVA FRIBURGO - RJ	28/06/13	25.921,22
NOVA IGUAÇU - RJ	21/05/13	29.300,00
PETRÓPOLIS - RJ	28/05/13	14.623,68
RIO DE JANEIRO - RJ	06/06/13	127.789,04
VALENÇA - RJ	14/05/13	6.574,00
TOTAL		304.480,15

REGIONAL LESTE II (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
ALMENARA - MG	15/05/13	5.215,56
ARAÇUAÍ - MG	01/07/14	8.210,99
BELO HORIZONTE - MG	24/05/13	163.478,55
CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM - ES	19/06/13	12.831,90

CAMPANHA - MG	24/04/13	17.618,78
CARATINGA - MG	29/05/13	17.408,60
COLATINA - ES	06/06/13	41.172,55
DIAMANTINA - MG	17/07/13	22.017,90
DIVINÓPOLIS - MG	28/05/13	16.025,36
GOVERNADOR VALADARES - MG	17/05/13	15.958,36
GUANHÃES - MG	05/06/13	6.001,94
GUAXUPÉ - MG	16/07/13	31.717,40
ITABIRA - MG	18/06/13	27.099,20
ITUJUBA - MG	10/07/13	5.664,20
JANAUBA - MG	21/02/14	980,00
JANUÁRIA - MG	21/05/13	6.500,00
JUIZ DE FORA - MG	05/06/13 e 16/01/14	36.626,62
LEOPOLDINA - MG	19/06/13	20.653,67
LUZ - MG	02/05/13	8.573,00
MARIANA - MG	10/05/13	42.641,44
MONTES CLAROS - MG	22/07/13	20.148,31
OLIVEIRA - MG	04/07/13	9.156,32
PARACATU - MG	28/05/13	8.621,30
PATOS DE MINAS - MG	29/05/13	22.011,28
POUSO ALEGRE - MG	21/06/13	35.000,00
SÃO JOÃO DEL REI - MG	28/05/13	16.409,78
SÃO MATEUS - ES	04/06/13	43.556,93
SETE LAGOAS - MG	11/06/13 e 18/09/13	787,00
TEÓFILO OTTONI - MG	25/04/13	9.823,02
UBERABA - MG	22/05/13	21.581,47
UBERLÂNDIA - MG	21/06/13	12.999,76
VITÓRIA - ES	31/05/13	70.034,96
TOTAL		776.526,15

REGIONAL SUL I (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
AMPARO - SP	27/05/13	15.049,86
APARECIDA - SP	24/04/13	13.280,63
ARAÇATUBA - SP	17/05/13	20.317,45
ASSIS - SP	20/05/13	24.751,28
BARRETOS - SP	21/05/13	13.146,23
BAURU - SP	-	-
BOTUCATU - SP	20/05/13	31.759,82
BRAGANÇA PAULISTA - SP	-	-
CAMPINAS - SP	10/05/13	72.245,90
CAMPO LIMPO - SP	20/06/13	33.756,51

CARAGUATATUBA - SP	28/05/13	8.116,48
CATANDUVA - SP	21/06/13	16.905,00
FRANCA - SP	16/05/13 e 27/03/13	37.821,02
GUARULHOS - SP	24/05/13	35.282,56
ITAPETININGA - SP	14/06/13	10.100,00
ITAPEVA - SP	16/05/13	9.450,43
JABOTICABAL - SP	09/05/13	19.999,68
JALES - SP	20/05/13	24.525,63
JUNDIAÍ - SP	23/05/13	88.324,22
LIMEIRA - SP	29/05/13	40.623,60
LINS - SP	03/06/13	10.341,00
LORENA - SP	13/06/13	13.821,76
MARÍLIA - SP	18/06/13	75.754,10
MOGI DAS CRUZES - SP	25/04/13	27.180,27
OSASCO - SP	21/05/13 e 22/05/13	34.915,46
OURINHOS - SP	07/06/13	18.400,00
PIRACICABA - SP	14/05/13	20.279,81
PRESIDENTE PRUDENTE - SP	20/05/13	40.630,66
REGISTRO - SP	21/05/13	6.183,30
RIBEIRÃO PRETO - SP	09/05/13	35.500,12
RIO PRETO - SP	21/05/13	81.193,38
SANTO AMARO - SP	27/06/13	21.450,00
SANTO ANDRÉ - SP	20/05/13	66.511,79
SANTOS - SP	17/05/13	28.974,84
SÃO CARLOS - SP	17/05/13	31.850,00
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP	02/05/13	30.049,50
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	02/05/13	81.365,64
SÃO MIGUEL PAULISTA - SP	21/05/13	34.440,00
SÃO PAULO - SP	04/07/13	265.720,98
SOROCABA - SP	16/07/13	33.482,78
TAUBATÉ - SP	18/11/13	21.948,61
TOTAL		1.495.450,30

REGIONAL SUL II (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
APUCARANA - PR	23/07/13	29.272,38
CAMPO MOURÃO - PR	26/04/13	32.165,00
CASCADEL - PR	10/05/13	57.224,73
CORNÉLIO PROCÓPIO - PR	-	-
CURITIBA - PR	27/06/13	117.500,00
FOZ DO IGUAÇÚ - PR	15/05/13	31.148,64
GUARAPUAVA - PR	-	-

JACAREZINHO - PR	-	-
LONDRINA - PR	29/05/13	81.798,57
MARINGÁ - PR	26/04/13	52.905,69
PALMAS - PR	18/06/13	32.418,28
PARANAGUÁ - PR	07/07/14	2.500,00
PARANAÍ - PR	23/04/13	21.551,90
PONTA GROSSA - PR	03/06/13	40.885,28
TOLEDO - PR	05/06/13	44.939,28
UMUARAMA - PR	14/06/13	35.337,15
UNIÃO DA VITÓRIA - PR	06/08/13	12.137,96
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	04/06/13	46.848,45
TOTAL		638.633,31

REGIONAL SUL III (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
BAGÉ - RS	18/06/13	3.763,32
CACHOEIRA DO SUL - RS	27/05/13	5.176,54
CAXIAS DO SUL - RS	22/05/13	46.966,42
CRUZ ALTA - RS	17/06/13	19.034,57
EREXIM - RS	13/05/13	16.974,05
FREDERICO WESTPHALEN - RS	20/06/13	14.966,00
MONTE NEGRO - RS	06/05/13	20.031,34
NOVO HAMBURGO - RS	25/04/13	44.185,20
OSÓRIO - RS	21/05/13	8.361,16
PASSO FUNDO - RS	17/07/13	30.300,18
PELOTAS - RS	22/11/13	8.013,43
PORTO ALEGRE - RS	20/12/13	51.870,00
RIO GRANDE - RS	24/05/13	2.917,50
SANTA CRUZ DO SUL - RS	04/06/13	25.915,18
SANTA MARIA - RS	-	-
SANTO ÂNGELO - RS	-	-
URUGUAIANA - RS	03/05/13	12.660,22
VACARIA - RS	07/06/13	8.970,00
TOTAL		320.105,11

REGIONAL SUL IV (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
BLUMENAU - SC	23/04/13	37.322,83
CAÇADOR - SC	21/05/13	18.342,56
CHAPECÓ - SC	24/06/13	48.681,10
CRICIÚMA - SC	29/05/13	32.495,84
FLORIANÓPOLIS - SC	15/05/13	97.538,72
JOAÇABA - SC	30/04/13	16.562,10
JOINVILLE - SC	-	-
LAGES - SC	-	-

RIO DO SUL - SC	17/05/13	17.734,16
TUBARÃO - SC	02/05/13	20.113,00
TOTAL		288.790,31

REGIONAL CENTRO OESTE (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
ARQUIDIOCESE MILITAR DO BRASIL	06/05/13	10.646,00
ANÁPOLIS - GO	01/07/13	18.731,73
BRASÍLIA - DF	30/05/13	13.549,62
CRISTALÂNDIA - TO	31/05/13	4.889,00
FORMOSA - GO	25/04/13	8.500,00
GOIÂNIA - GO	16/05/13	59.730,10
GOIÁS - GO	07/08/13	7.300,00
IPAMERI - GO	19/07/13	11.165,14
ITUMBIARA - GO	26/07/13	3.067,00
JATAÍ - GO	18/06/13	17.976,28
LUZIÂNIA - GO	21/06/13	5.580,80
MIRACEMA DO TOCANTINS - TO	13/02/14	1.616,86
PALMAS - TO	09/08/13	9.083,92
PORTO NACIONAL - TO	25/03/13 e 26/03/13	1.992,30
RUBIATABA - MOZARLÂNDIA - GO	12/04/13	6.906,12
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO	-	-
TOCANTINÓPOLIS - TO	17/06/13	10.653,44
URUAÇU - GO	10/05/13	13.296,00
TOTAL		204.684,31

REGIONAL OESTE I (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
CAMPO GRANDE - MS	25/04/13	35.863,49
CORUMBÁ - MS	02/04/13	3.324,00
COXIM - MS	14/06/13	3.858,46
DOURADOS - MS	19/07/13	23.829,00
JARDIM - MS	31/01/14	3.194,96
NAVIRAÍ - MS	-	-
TRÊS LAGOAS - MS	02/05/13	10.487,20
TOTAL		80.557,11

REGIONAL OESTE II (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
BARRA DO GARÇA - MT	22/05/13	5.450,52
SÃO LUÍZ DE CÁCERES - MT	19/06/13	21.997,42
CUIABÁ - MT	14/05/13	36.023,77
DIAMANTINO - MT	31/05/13	5.882,98
GUIRATINGA - MT	16/05/13	11.676,92
JUÍNA - MT	29/04/13	4.880,66

PARANATINGA - MT	04/09/13	1.000,00
RONDONÓPOLIS - MT	15/05/13	18.696,48
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT	24/04/13	1.789,30
SINOP - MT	-	-
TOTAL		107.398,05

REGIONAL NOROESTE (<i>Distribuição por Diocese</i>)	Data	Fraternidade R\$
CRUZEIRO DO SUL - AC	29/04/13	1.798,88
GUAJARA MIRIM - RO	21/06/13	7.297,28
HUMAITÁ - AM	-	-
JÍ - PARANÁ - RO	27/06/13	45.574,78
LÁBREA - AM	13/05/13	1.011,13
PORTO VELHO - RO	26/06/13	26.151,74
RIO BRANCO - AC	28/05/13	15.407,36
TOTAL		97.241,17

OUTROS	Data	Fraternidade R\$
ADM. APOST. PESSOAL SÃO JOÃO MARIA VIANNEY	-	-
CASA DE RETIRO ASSUNÇÃO	-	-
COMUNIDADE NSRA. APARECIDA/AS DE MANTOVA	-	-
PROVÍNCIA MADRE REGINA - Petrópolis - RJ	-	-
NÉLIA REGINA PAIXÃO DA SILVA	-	-
INSTITUTO AS IRMÃS DA STA CRUZ - COLÉGIO STA MARIA	-	-
MARIA DA CONCEIÇÃO B DE OLIVEIRA	-	-
PARÓQUIA EVANGÉLICA LUTERANA - BOM PASTOR - BLUM	-	-
LUZIA DO ROCIO PIRES RAMOS	-	-
IRMÃOS DA FRATERNIDADE NOSSA Sra. DAS GRAÇAS	-	-
IGREJA PRESBITERIANA DO IBES	-	-
EXARCADO APOSTOLICO ARMÊNIO	-	-
N.SENHORA DO PARAISO - S.PAULO GRECO MELQUITAS	-	-

VALORES SEM IDENTIFICAÇÃO	-	-
RENDIMENTO DO ANO - DESPESAS BANCÁRIAS	-	-
RENDIMENTO DO ANO	-	-
DESPESAS BANCÁRIAS (-)	-	-
TOTAL DE :OUTROS+EPARCAS,EXAR. +REND DO ANO	-	-
TOTAL REGIONAIS		5.234.749,05
TOTAL GERAL		5.234.749,05

Brasília - DF, 21 de Fevereiro de 2014.

5.5. Atividades do Fundo Nacional de Solidariedade – 2010 - 2013

Ano	Total arrecadado:	Total de projetos apoiados
2010	R\$ 4.697.158,41	229
2011	R\$ 5.006.594,02	321
2012	R\$ 5.449.723,13	245
2013	R\$ 5.234.749,05	265

5.6. Projetos atendidos por região

Região	2010	2011	2012	2013
Norte	40	57	28	45
Nordeste	56	88	62	72
Sul	51	64	57	34
Sudeste	43	67	65	87
Centro Oeste	39	45	33	27

Para informações, esclarecimentos e orientações sobre a organização e realização da Campanha da Fraternidade, contatar Pe. Luiz Carlos Dias, Secretário Executivo da CF pelo e-mail: campanhas@cnbb.org.br ou telefone (61) 2103-8300.

6. O serviço de preparação e animação da CF

6.1. Serviço de coordenação e animação da CF

A Campanha da Fraternidade é um programa global conjunto dos Organismos Nacionais, do Secretariado Nacional da CNBB e das Igrejas Particulares, sempre realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Desde 1963, com o Plano de Emergência, e 1966, com o Plano de Pastoral de Conjunto, a ação evangelizadora da Igreja vive um processo de planejamento abrangente. Esse processo tem as Diretrizes como fundamentação e inspiração e se expressa no Plano de Pastoral, elaborado de forma participativa e em diversos âmbitos.

A busca desse planejamento, sempre mais participativo, requer envolvimento dos agentes de pastoral, das equipes de coordenação e animação, dos conselhos e outros órgãos a serviço do crescimento da vida comunitária.

A realização da CF, como programa global conjunto, é exercício e expressão de planejamento participativo e de articulação pastoral, decorrente da própria natureza da Igreja-Comunhão.

6.2. Necessidade de Equipes de Campanhas

Para uma eficaz e frutuosa realização da CF, como de todo programa pastoral, é indispensável reavivar, a cada ano, o processo de seu planejamento. Isso não acontece sem a constituição de equipes de trabalho com coordenação entusiasta, dinâmica, criativa, com profunda espiritualidade e zelo apostólico.

Em muitos regionais, dioceses e paróquias, a animação da CF é assumida pela respectiva equipe de Coordenação Pastoral, com o estabelecimento de uma Comissão específica para a CF. Esse procedimento poderá favorecer maior integração, evitando paralelismos. Poderá, por outro lado, apresentar o risco de a CF “ser de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém”.

1) Equipe regional da CF

Compete-lhe:

- ♦ estimular a formação, o assessoramento e a articulação das equipes diocesanas;
- ♦ planejar a CF em âmbito regional: *o que* organizar, *quem* envolver, *que* calendário seguir, *onde* e *como* atuar.

Atividades que poderá desenvolver

Antes da Campanha:

- ♦ realizar encontro regional para o estudo do *Texto-base*, a fim de descobrir a melhor forma de utilização das peças e subsídios de divulgação;
- ♦ definir atividades a serem assumidas conjuntamente nas dioceses, paróquias e comunidades;
- ♦ verificar a possibilidade da produção de subsídios adaptados à realidade local;
- ♦ possibilitar a troca de informações e o repasse de subsídios, relacionados ao tema, produzidos em âmbito mais local ou provenientes de outras fontes e regiões;
- ♦ constituir equipes e/ou indicar pessoas que possam prestar serviço de assessoria.

Durante a Campanha:

- ♦ descobrir formas de estar em permanente contato com as equipes diocesanas, para animação e intercâmbio das experiências mais significativas;
- ♦ possibilitar o acompanhamento das atividades comuns programadas.

Depois da Campanha:

- ♦ promover um novo encontro regional de avaliação;
- ♦ providenciar a redação e o envio da síntese regional da avaliação à Secretaria Executiva Nacional da CF, dentro do cronograma previsto;

- ♦ definir a participação regional no encontro nacional de avaliação e planejamento da CF;
- ♦ repassar às dioceses a avaliação nacional e outras informações.

2) Equipe Diocesana da CF

Compete-lhe:

- ♦ estimular a formação, assessorar e articular as equipes paroquiais;
- ♦ planejar, em nível diocesano: o que realizar, quem envolver, que calendário seguir, como e onde atuar.

Atividades que poderá desenvolver

Antes da Campanha:

- ♦ encomendar os subsídios necessários para as paróquias, comunidades religiosas, colégios, meios de comunicação, movimentos de Igreja;
- ♦ programar a realização de encontro diocesano para estudo do *Texto-base*, buscando a melhor forma de utilizar as diversas peças da Campanha;
- ♦ definir atividades comuns nas paróquias;
- ♦ promover o intercâmbio de informações e subsídios;
- ♦ sugerir a escolha do gesto concreto;
- ♦ estabelecer uma programação especial de lançamento;
- ♦ constituir equipes para atividades específicas;
- ♦ informar da existência de subsídios alternativos e repassá-los às equipes.

Durante a Campanha:

- ♦ acompanhar as diversas equipes existentes;
- ♦ verificar o andamento das atividades comuns programadas;
- ♦ manter frequente contato com as paróquias, para perceber o andamento da Campanha;
- ♦ conferir a chegada dos subsídios a todos os destinatários em potencial;
- ♦ alimentar com pequenos textos motivadores (*releases*) os meios de comunicação social.

Depois da Campanha:

- ♦ promover encontro diocesano de avaliação;
- ♦ cuidar da redação final e do envio da síntese da avaliação à equipe regional;
- ♦ participar do encontro regional de avaliação;
- ♦ repassar às equipes paroquiais a avaliação regional e outras informações;
- ♦ realizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta para a CNBB regional e nacional;
- ♦ fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem sendo publicados.

3) Equipe Paroquial da CF

A CF acontece nas famílias, nos grupos e nas comunidades eclesiais, articulados pela paróquia. Como em relação a outras atividades pastorais, o papel do pároco ou da equipe presbiteral é preponderante. Tudo anda melhor quando ele estimula, incentiva, articula e organiza a ação pastoral.

Em toda paróquia, pastoralmente dinâmica, não faltarão equipes de serviço para tudo que for necessário. O Conselho Paroquial de Pastoral, já constituído na maioria das paróquias, por si ou pela constituição de comissão específica, garantirá a realização articulada e entusiasta da CF.

Atividades que poderá desenvolver

Antes da Campanha:

- ♦ providenciar o pedido de material junto à diocese;
- ♦ programar um encontro paroquial para estudo do *Texto-base* e para discussão da melhor maneira de se utilizar as diversas peças de reflexão e divulgação da CF;
- ♦ definir as atividades a serem assumidas conjuntamente;
- ♦ estabelecer a programação da abertura, em âmbito paroquial;
- ♦ buscar, juntos, os meios para que a CF possa atingir eficazmente todos os espaços e ambientes da realidade paroquial;

- ♦ planejar um gesto concreto comum e a destinação da coleta da CF;
- ♦ realizar encontros conjuntos ou específicos com as diversas equipes paroquiais, para programação de toda a Quaresma e Semana Santa;
- ♦ prever a utilização do maior número possível de subsídios da Campanha.

Durante a Campanha:

- ♦ intensificar sua divulgação;
- ♦ conferir a chegada dos subsídios aos destinatários;
- ♦ motivar sucessivos gestos concretos de fraternidade;
- ♦ realizar a coleta.

Depois da Campanha:

- ♦ avaliar sua realização, encaminhando a síntese à coordenação diocesana;
- ♦ marcar presença no encontro diocesano de avaliação;
- ♦ repassar às lideranças da paróquia as conclusões da avaliação diocesana;
- ♦ realizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta à diocese;
- ♦ fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem sendo publicados.

Cronograma da CF 2015

- ♦ **18 de fevereiro de 2015: Quarta-feira de Cinzas:** Lançamento da CF 2015 em todo o Brasil, em âmbito nacional, regional, diocesano e paroquial, com a mensagem do Papa, da Presidência da CNBB e programas especiais.
- ♦ **Realização - 18 de fevereiro a 29 de março de 2015:** a Campanha deste ano se realiza com o tema: *Fraternidade: Igreja e Sociedade*, o lema: *Eu vim para servir (cf. Mc 10,45)*.

- ♦ **Domingo de Ramos - 29 de março de 2015:** Coleta nacional da solidariedade (60% para o Fundo Diocesano de Solidariedade e 40% para o Fundo Nacional de Solidariedade).
- ♦ **Avaliação - Abril a junho 2015:** nos âmbitos: paroquial (de 12 de abril a 10 de maio), diocesano (de 11 de maio a 07 de junho) e regional (08 de junho a 05 de julho).
- ♦ **Encontro Nacional** com representantes dos regionais da CNBB – 10-12/08/2015.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS ECLESIAIS

DOCUMENTO CONCILIAR. **Constituição Dogmática** *Lumen Gentium*.

DOCUMENTO CONCILIAR. **Constituição Pastoral** *Gaudium et Spes*.

DOCUMENTO CONCILIAR. **Decreto** *Apostolicam Actuositatem*.

DOCUMENTO CONCILIAR. **Declaração** *Dignitatis Humanae*.

DOCUMENTO CONCILIAR. **Declaração** *Nostra Aetate*.

DOCUMENTO CONCILIAR. **Decreto** *Presbyterorum Ordinis*.

DOCUMENTO CONCILIAR. **Decreto** *Unitatis Redintegratio*.

COMPÊNDIO da DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA.

CATECISMO da IGREJA CATÓLICA.

PAPA PAULO VI. **Carta Encíclica** *Eclesiam suam*. Roma, 06 de agosto de 1964.

PAPA PAULO VI. **Alocução** aos Representantes dos Estados. Roma, 4 de Outubro de 1965.

- PAPA JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica** *Familiaris Consortio*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica** *Fides et Ratio*. São Paulo: Edições Paulinas, 1998.
- PAPA JOÃO PAULO II, Mensagem pelo XXXIV Dia Mundial da Paz. Roma, 01 Janeiro 2001.
- PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica** *Novo Millenio Ineunte*. São Paulo: Edições Paulinas, 2001.
- PAPA JOAO PAULO II. **Carta Encíclica** *Redemptoris Missio*. São Paulo : Paulinas, 1991.
- PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica** *Redemptor Hominis*. **São Paulo: Edições Paulinas, 1984.**
- PAPA BENTO XVI. **Carta Encíclica** *Deus caritas est*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- PAPA BENTO XVI. **Carta Encíclica** *Caritas in Veritate*. Brasília: Edições CNBB, 2009.
- PAPA BENTO XVI. **Carta Apostólica em forma de motu próprio** *Intima Ecclesiae Natura*. Roma, 11 de novembro de 2012.
- PAPA FRANCISCO. **Exortação apostólica** *Evangelii Gaudium*. Brasília: Edições CNBB, 2013. 1ª Edição. 2013.
- PAPA FRANCISCO. Homília na Santa Missa com os Cardeais, na Capela Sistina por ocasião da conclusão do Conclave. Roma, 14 de março de 2013.
- PAPA FRANCISCO. Mensagem ao Congresso Latino-Americano de Pastoral Familiar. Panamá, 04 a 09 de agosto 2014.
- ACTA APOSTOLICAE SEDIS. n. 98 (2006).
- ACTA APOSTOLICAE SEDIS. n. 104 (2012).
- CELAM. Documento de Puebla. São Paulo: Paulinas, 1979.
- CELAM. Santo Domingo. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- CELAM. Documento de Aparecida. São Paulo: Paulus, 2008.

- CNBB. Documento – 91. Por Uma Reforma do Estado Com Participação Democrática. Brasília: Edições CNBB, 2010.
- CNBB. Documento – 94. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011 – 2015. Brasília: Edições CNBB. 2011.
- CNBB. Documento – 100. Comunidade de comunidades: uma nova paróquia – A conversão pastoral da paróquia. Brasília: Edições CNBB, 2014.
- CNBB. Documento – 99. Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil. Brasília: Edições CNBB. 2014.
- CNBB. Texto base CF 1993. Onde Moras? A fraternidade e a moradia. 1993.
- CNBB. Estudos – 105. A Igreja e as Comunidades Quilombolas. Brasília: Edições CNBB, 2013.
- CNBB. Declaração Pastoral. **Por uma Nova Ordem Constitucional** – (24ª Assembleia Geral – 1986).
- CNBB. Declaração Pastoral. **Exigências Éticas da Ordem Democrática** (27ª Assembleia Geral – 1989).
- CNBB. Declaração Pastoral. **Ética: pessoa e sociedade** (31ª Assembleia Geral – 1993).
- CNBB. Coleção Pensando o Brasil. Desafios Diante das Eleições 2014. Brasília: Edições CNBB, 2014.
- CNBB. Subsídios – Manual de Animação de Campanhas. Brasília: Edições CNBB, 2007.

OBRAS CITADAS

- BALDISSERI, L; MARTINS, I. G. M. (coord.). Acordo Brasil-Santa Sé comentado. São Paulo: LTr Editora, 2012.
- BARROS, R. C. Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou com o Vaticano II (1930-1968). Petrópolis: Vozes, 1994.
- MIRANDA, E. E. Eu vim para servir. Comunidade, Igreja e Sociedade. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MIRANDA, M. F. A Igreja que somos nós. São Paulo: Paulinas. 2013.

ARTIGO

MIRANDA. E. E. O Brasil acabou? Agro DBO, v. 57, 2014.

ACESSO DIGITAL

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL. Lei Imperial de 25 de março de 1824. www.planalto.gov.com.br.

Ritto, C. População católica encolhe no Brasil. Evangélicos avançam. *In*: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ibge-populacao-catolica-encolhe-no-brasil>. Acesso em: 21/08/2014.

Miguel. S. Censo 2011 revela as deficiências do Brasil em saneamento básico e a necessidade de mais investimentos. *In*: <http://www.ecodebate.com.br/2011/05/17/censo-2011-revela-as-deficiencias-do-brasil-em-saneamento-basico-e-a-necessidade-de-mais-investimentos/>. Acesso em: 21/08/2014.

Formenti. Lígia. Brasil atinge meta da ONU e reduz mortalidade infantil. *In*: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-atinge-meta-da-onu-e-reduz-mortalidade-infantil,1170645>. Acesso em: 20/08/2014.

Costa. G. Especialistas divergem sobre ascensão da nova classe média. *In*: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-02/especialistas-divergem-sobre-ascensao-da-nova-classe-media>. Acesso em: 28/08/2014.

Carvalho. J. Mapa da Violência 2013: Brasil mantém taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes. *In*: <http://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2013-brasil-mantem-taxa-de-204-homicidios-por-100-mil-habitantes-7755783#ixzz33bT26EFh>. Acesso em: 20/08/2014.

Ricardo Brandt. Crack. A invasão da droga nos rincões do sossego. *In*: <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/crack/index.html>. Acesso em: 20/08/2014.

SUMÁRIO

Apresentação	3
Introdução	7
Objetivo geral	10
Objetivos específicos	10

PRIMEIRA PARTE

1. Breve histórico das relações Igreja e sociedade no Brasil	11
1.1. Das origens à Cristandade	11
1.2. A Cristandade lusitana	11
1.3. O Império e o início da República	13
1.4. Os desafios da primeira metade do século XX	14
1.5. Desafios do período da repressão	15
1.6. Desafios da redemocratização da sociedade	16
2. A sociedade brasileira atual e seus desafios	17
2.1. A demografia	17
2.2. A urbanização e algumas dificuldades	18
2.3. Articulação: políticas públicas com objetivos econômicos e sociais	19
2.4. Economia: estabilidade e avanço da classe média	20
2.5. As minorias na sociedade brasileira	21
2.6. A violência na sociedade brasileira	22
3. O serviço da Igreja à sociedade brasileira	23
3.1. O serviço das comunidades católicas na sociedade	23
3.2. A solicitude da Igreja na assistência aos mais necessitados	24
3.3. A solicitude da Igreja por meio de pastorais sociais	25
3.4. A Igreja Católica e o contexto religioso da sociedade brasileira	27
3.5. O Ecumenismo	28
4. Igreja – Sociedade: convergências e divergências	29
4.1. O pluralismo	29
4.2. A Reforma Política e a participação popular	30

4.3. As redes de comunicação.....	31
4.4. A racionalidade científica ou instrumental.....	32
4.5. O laicismo e a laicidade	34
4.6. A cultura do descartável	35
4.7. Sinais de novos tempos.....	36
4.8. Esperança diante dos desafios	37

SEGUNDA PARTE

1. A relação Igreja – sociedade à luz da palavra de Deus	39
1.1. O povo de Israel, chamado a ser sinal para todos.....	39
1.2. O exílio e a relação de Israel com as nações gentias	41
1.3. Jesus e a organização social de seu tempo	42
1.4. Jesus e a lógica do serviço	43
1.5. A Igreja nascente a serviço de uma sociedade reconciliada	44
1.6. Igreja e sociedade: uma mensagem de esperança e vitória	46
2. A relação Igreja – sociedade à luz do magistério da Igreja	47
2.1. Igreja: comunidade dos seguidores de Jesus a serviço da sociedade	47
2.2. O anúncio do Evangelho nos modernos areópagos	49
2.3. Opção pelo ser humano e preferencialmente pelos pobres.....	51
2.4. A missão eclesial exige uma conversão pastoral.....	53
3. A relação Igreja – sociedade à luz da doutrina social	55
3.1. A pessoa humana, a sociedade e a subsidiariedade	55
3.2. A família: primeira escola das virtudes sociais	57
3.3. O bem comum e o desenvolvimento da sociedade	60
3.4. A comunidade política e o serviço ao bem comum	61
3.5. A participação na promoção da justiça social	62
3.6. A relação entre Igreja e Estado	64
3.7. A reforma do Estado com participação democrática.....	65

TERCEIRA PARTE

Igreja e sociedade: serviço, diálogo e cooperação	69
1. Os critérios: dignidade humana, bem comum e justiça social ...	71
1.1. Proteção dos direitos fundamentais.....	71
1.2. O bem comum: promoção e defesa da justiça social.....	72
2. O serviço da Igreja à Sociedade	73
2.1. Uma Igreja em saída	73
2.2. O discernimento evangélico	73
2.3. A ação das pastorais sociais	74
2.4. Diálogo e colaboração em vista do bem comum.....	75
2.5. A superação da violência e a construção da paz.....	76
2.6. Conselhos Paritários e participação social.....	76
2.7. Participação na Reforma Política	77
3. Viver a Campanha da Fraternidade	78
3.1. A coleta da Solidariedade	79
Conclusão	80

QUARTA PARTE

1. A Campanha da Fraternidade	83
2. Natureza e histórico da CF	83
3. Objetivos permanentes da Campanha da Fraternidade:	85
4. Os temas da Campanha da Fraternidade	85
5. O gesto concreto – COLETA DA SOLIDARIEDADE	88
5.1. Os fundos de solidariedade.....	89
5.2. A destinação dos recursos.....	90
5.3. O trâmite dos projetos	90
5.4. Prestação de contas	91
5.5. Atividades do Fundo Nacional de Solidariedade – 2010 - 2013....	100
5.6. Projetos atendidos por região	100
6. O serviço de preparação e animação da CF	101
6.1. Serviço de coordenação e animação da CF	101
6.2. Necessidade de Equipes de Campanhas	101
Bibliografia	106